

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

André Gustavo Imianowsky

A Psicologia entre propostas de formação desde uma perspectiva histórica

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO
2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

André Gustavo Imianowsky

A Psicologia entre propostas de formação desde uma perspectiva histórica

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em **Psicologia Social**, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Guedes.

SÃO PAULO
2014

BANCA EXAMINADORA

RECONHECIMENTOS

Essa seção passa por lembranças nostálgicas, a memória e a história de uma dissertação não poderiam existir sem pessoas que se envolveram no processo de construção do pensamento deste pesquisador. Já que um ser só se faz inteiro quando está em relação com outro, nada mais justo que dedicar um espaço para reconhecer aqueles que tiveram sua parcela de culpa no desenvolvimento desta pesquisa.

Não há como começar de outro jeito. O maior apreço e carinho só poderia ser de minha mãe Maristela, sem ela pouco ou nada disso seria possível. Uma vida não será suficiente para agradecer a atenção dada à minha educação.

À professora Catarina Gewehr, que desde minha graduação contribui sobremaneira para que eu continue trabalhando uma reflexão que não é fácil, porém os desafios estão postos na realidade e não desaparecem ao virar a esquina, é preciso continuar resistindo com fervor mas sem esquecer de respirar.

O camarada Cleiton Rocha tem lugar guardado, que sempre posso compartilhar as dúvidas e certezas que a realidade nos desafia a lidar.

Minha noiva Karina Schaefer, com muita paciência e um carinho imensurável, foi quem me acompanhou nessa jornada, morar longe para fazer o mestrado foi a maior prova que passamos juntos.. e vencemos!

À minha tia Mariuse e meu avô Luiz, que estão sempre me dando apoio em minha decisão de estudar, estudar, estudar..

À Mari e Maíra, que me cederam o sofá quando fui realizar a prova e entrevista do mestrado.

Aos amigos Luis Tissot e Renato Gimenez, pela paciência e acolhimento quando de minha chegada a São Paulo, com a permissão para que eu me apropriasse de um canto no estúdio.

À Carol, que também me cedeu um lugar para dormir na etapa final de escrita da dissertação.

Todos e todas do NeHpsi.

À Mitsuko (Mimi) pelas contribuições no Exame de Qualificação. Além de ensinar com particular sutileza e dedicação, deixou marcas em meu ser para que eu nunca esqueça o cuidado e atenção com o outro mesmo na discordância.

À Marlene, sem sua ajuda estaríamos todos, alunos e professores, perdidos sem direção.

À Maria do Carmo, que me ensinou muito além do que cabe no espaço de uma dissertação, entre o aprendido e o escrito, existe um abismo surpreendente. O que fica dessa história, são experiências que atravessam os muros da universidade, que vão além do vínculo institucional, que atingem todo o meu ser nessa jornada como pesquisador.

Ao povo brasileiro que através da conversão dos impostos recolhidos, possibilitou o financiamento dessa pesquisa pela CAPES.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – PROPOSTA CURRICULAR DE ELIEZER SCHNEIDER – PÁGINA 99

ANEXO 2 – PROPOSTA CURRICULAR SURGIDA DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA – PÁGINA 100

ANEXO 3 – PROPOSTA CURRICULAR DE ENZO AZZI – PÁGINA 101

RESUMO

IMIANOWSKY, A.G. **A psicologia entre propostas de formação desde uma perspectiva histórica.** Dissertação de Mestrado, Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

Este trabalho tem como ponto de partida a análise de propostas para formação do psicólogo. Busca contribuir para construção de uma história da psicologia, a partir das ideias e projetos para a constituição do psicólogo para sua inserção sobre a realidade. Através do referencial teórico-metodológico do materialismo histórico, recuperou-se dois momentos: a) o período de modernização vivido no Brasil ao longo dos anos 1950, quando psicólogos com propostas das mais diversas, se unem para regulamentar a profissão no País, um dos primeiros a ter uma lei para regulamentação profissional na área. Discute-se o movimento que levou a essa lei e a importância de se pensar a relação sociedade/ciência/universidade para definir projetos de formação. O cenário de industrialização vivido no Brasil marca o debate em várias esferas do trabalho. Por um lado, mostra que havia uma preocupação com a formação das mentalidades para o mundo do trabalho num momento de mudanças. Por outro, revela que o tipo de atividade praticada pelo psicólogo interessava ao desenvolvimento do mercado nacional; e b) um momento no qual os anos 1920 o Leste Europeu passa por transformações sociais e políticas com propósitos revolucionários. A discussão em torno da prática psicológica como determinada para uma realidade e a recuperação de uma filosofia da psicologia aparecem como ideias para se pensar o trabalho do psicólogo, o plano de construção de uma sociedade nova com base no socialismo mostra que foi necessário pensar num homem novo. As particularidades históricas neste trabalho, são analisadas a partir das próprias condições nas quais o debate veio a surgir. A formação do psicólogo mostrou ser uma preocupação para a constituição da prática e identidade profissional e, revelou que a atividade do psicólogo lida com concepções conservadoras e transformadoras, podendo assumir uma ou outra forma, como também, simultaneamente ambas.

Palavras-chave: História da psicologia, Regulamentação da profissão, Formação do psicólogo.

ABSTRACT

IMIANOWSKY, A.G. **The psychology training proposals from a historical perspective.**
Master's degree thesis. PUC-SP. São Paulo, 2014.

The objective of this research has its starting point the analysis of proposals for training of psychologists. It aims to contribute to the building of a history of psychology, from ideas and projects for the establishment of the psychologist to its insertion on the reality. Through theoretical and methodological framework of historical materialism, we've recovered two stages: a) the period of modernization in Brazil during the 1950s, when psychologists with different proposals, get unite to regulate the profession in this country, one of the first to have a law to professional regulation in the area. It discusses the movement that led to the law and the importance of thinking about society/science/university relationship to define projects of training in psychology. The scenario of industrialization lived in Brazil marks the debate in various spheres of work. In one hand, shows that there was a concern with the formation of attitudes to the world of work in a time of change. On the other, reveals that the type of activity performed by the psychologist interests to the development of the national market; and b) a time when the 1920 Eastern Europe passes through social and political change with revolutionary purpose. The discussion of psychological practice as determined for a reality and the recovery of a philosophy of psychology appears as ideas to think about the work of the psychologist, the plan to build a new society based on socialism shows that it was necessary to build a new man. The historical particularities of the contexts presented in this work, analysis from its own conditions in which the debate has emerged. The training of psychologists proved to be a concern for the constitution of practice and professional identity and revealed that psychological activity deals with conservative and transformative conceptions, and may take one form or another, as well as simultaneously both.

Keywords: History of Psychology, regulation of the profession, training of psychologists

RESUMEN

IMIANOWSKY, A.G. **Entre las propuestas de entrenamiento en psicología desde una perspectiva histórica.** Disertación de Maestría. PUC-SP. Sao Paulo, 2014.

Este trabajo de disertación tiene como punto de partida el análisis de las propuestas para entrenamiento de los psicólogos. Su objetivo es contribuir a la construcción de una historia de la psicología, las ideas y proyectos para el establecimiento de la psicología y su inserción en la realidad. Por medio del aporte teórico y metodológico del materialismo histórico, se recuperó dos etapas: a) el período de modernización vivido en Brasil en la década de 1950, cuando los psicólogos con las propuestas de diferentes tipos, se unen para regular la profesión en el país, uno de los primeros en tener una ley para la regulación profesional en el área. Discute el movimiento que llevó a la ley y la importancia acerca de la relación sociedad/ciencia/universidad para definir proyectos de formación en psicología. El escenario de la industrialización vivido en Brasil marca el debate en diferentes ámbitos de trabajo. Por un lado, muestra que hubo una preocupación por la formación de las actitudes hacia el mundo del trabajo en una época de cambios. Por otro, revela que el tipo de actividad realizada por el psicólogo interesó al desarrollo del mercado interno; y b) en el 1920 la Europa Oriental pasa por el cambio social y político con el propósito revolucionario. La discusión de la práctica psicológica y la recuperación de una filosofía de la psicología aparecen como ideas para el trabajo del psicólogo, el plan de construcción de nueva sociedad basada en el socialismo demuestra que era necesario pensar en un hombre nuevo. Los datos históricos en este trabajo, se analizan desde las mismas condiciones en las que el debate tiene surgido. La formación de los psicólogos han demostrado una preocupación a la constitución de la práctica y la identidad profesional y reveló actividades psicológicas con las concepciones conservadoras y transformadoras, y pueden tomar una forma u otra, así como al mismo tiempo los dos.

Palabras-clave: Historia de la Psicología, regulación de la profesión, entrenamiento de los psicólogos.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1 CONSIDERAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA	17
1.1 O HOMEM EM MOVIMENTO: COMO ACOMPANHÁ-LO A PARTIR DA PSICOLOGIA?.....	17
1.2 A PERSPECTIVA HISTÓRICA	23
2 A PSICOLOGIA NO BRASIL: O CONTEXTO COMPLEXO DE UM CENÁRIO DE MUDANÇAS	28
2.1 O PROJETO DE UM PAÍS MODERNO: BRASIL NOS ANOS 1950	30
2.2 O PROJETO DE UM PAÍS RESTRITO: O GOLPE DE 1964	34
2.3 A PRESENÇA HISTÓRICA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA	40
2.4 A PSICOLOGIA NAS PROPOSTAS DE FORMAÇÃO RUMO À REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO.....	49
3 CONTEXTO HISTÓRICO-CRÍTICO DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA	69
3.1 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO LESTE EUROPEU.....	70
3.2 A PSICOLOGIA NA RÚSSIA ANTES DA REVOLUÇÃO.....	76
3.3 IDEIAS DE PSICOLOGIA DE LEV VIGOTSKI E GEORGES POLITZER PARA UMA PSICOLOGIA NECESSÁRIA À TRANSFORMAÇÃO.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
4 REFERÊNCIAS	92
5 ANEXOS	99

INTRODUÇÃO

A presente condição histórica da sociedade organizada com base no capital, desenvolve-se com interdependência das várias formas de trabalho humano com fins à produção econômica. É solo fértil para a consolidação do pensamento de que a realidade se exprime como soma de indivíduos que vivem num espaço compartilhado, no entanto, cada qual com seus interesses, vontades e desejos, sem qualquer relação com o próprio terreno no qual esse trabalho se produz.

O profissional psicólogo, não escapa dessa condição. A lógica do capital alcança a formação acadêmica e prepara profissionais para o mundo do trabalho de uma sociedade burguesa. O trabalho como atividade de superação das condições sociais históricas com compromisso às demandas emergentes do mundo dos homens torna-se mínimo. O fomento de pesquisas e estudos para o mercado é notável. A educação como mercadoria, com a privatização e mercantilização do ensino no instalado no Brasil, principalmente, com a ditadura militar-empresarial, instalou também a produção do conhecimento em conformidade com as exigências societárias do capital. Ora, a universidade e a formação dos profissionais estão permeadas pela demanda do mercado, pela personificação do saber como produto num mundo de mercadorias.

Diante desse contexto histórico estreito, a pretensão de um trabalho intelectual com responsabilidade científica torna-se um desafio que envolve uma multiplicidade de questões. No primeiro plano, é necessário que esteja claro que a formação e o processo de conscientização intelectual são constituídos de interesse político, ainda que se pretenda negar ou ignorar essa condição, ela não deixa de existir. O próprio percurso pelo qual a atividade psicológica tem passado nos últimos anos, pela prevalência de um trabalho voltado à clínica, mostra que este tipo de atividade se desenvolveu como uma resposta histórica às dinâmicas da sociedade na qual os interesses individuais determinam o plano político de formação profissional.

Por esse motivo, acreditamos que a reflexão sobre a formação do psicólogo trata de um debate intelectual no qual se coloca em análise o papel do psicólogo e a conscientização de seu

trabalho, pensado na finalidade desse tipo de atividade e investindo na perspectiva do trabalhador psicólogo como um agente transformador da sociedade. Está fora de dúvida que o psicólogo não é solução para a efervescência política e cultural brasileira, no entanto, é necessário que o profissional reconheça sua atividade nas transformações sociais e tenha claro qual seu lugar no percurso da história humana. Para isto, a formação trata do preparo de um trabalhador para lidar com a condição psicológica de humanos que se relacionam com uma condição social determinada.

A história dessa dissertação começa, inclusive, por este caminho. A maior dificuldade quando de minha graduação, foi entender como as teorias psicológicas negociavam sobre o entendimento dos fenômenos psíquicos. Para um profissional em formação, a diversidade de psicologias pode se apresentar como uma deformação teórica cheia de ecletismo, uma disputa ideológica ou uma corrida pelo ouro como a interpretação que exprime adequadamente o mundo psicológico e as razões pelas quais o psicólogo faz o que faz como profissional. Em disciplinas como Psicologia Social e Psicologia Comunitária, entretanto, pude perceber que a relação indivíduo e produção da vida, manifesta ideias sobre o vivido decorrente de uma experiência entre homem e meio no qual o psicológico internaliza a condição humana material através da percepção, sensação e pensamento. E, dizer que toda psicologia é social ou que não existe psicologia fora da sociedade, não basta. Por esse motivo, deve-se aprofundar o debate no sentido de descobrir o que significa uma psicologia com ação social.

Este trabalho encontra solo fértil na Psicologia Social, é o local no qual a possibilidade de desdobrar uma reflexão acerca de questões históricas, metodológicas e ontológicas do ser como objeto da psicologia, ocorre em consonância com uma multiplicidade de condições para o exercício profissional. A formação quando adota o sentido mais abrangente do termo, aparece como processo pelo qual forma-se a consciência de um profissional mas também de um indivíduo. Neste sentido, buscar estratégias e planos que vão além do universo formal da psicologia, inevitavelmente, leva à reformulação da atividade profissional. Portanto, o trabalho de formação é de importância vital para

se pensar o movimento de apreensão e interiorização de interpretações psicológicas que definem a realidade humana através da manifestação psíquica do ser no plano da materialidade.

Para isto, decidiu-se investigar na história da psicologia momentos no qual a formação assumiu o centro do debate. Essa discussão no cenário brasileiro, é localizada por nós no movimento pela regulamentação da profissão. Com propostas das mais diversas, um conjunto de temas e questões aparecem, principalmente, quanto o espaço no qual deve ser realizado a formação (institutos ou universidades) e a prática psicológica que determinaria a identidade do psicólogo (especialista, assistente, profissional liberal). Ademais, localizou-se a discussão histórica da psicologia no cenário soviético, com a discussão pela prática do psicólogo. A psicologia nesse cenário, levanta questões importantes que nos auxiliam na continuação do debate de como a psicologia tem sido pensada para sua ação no mundo como trabalho entre homem e sociedade.

Para esse estudo optou-se pela perspectiva do materialismo histórico, buscando analisar as condições históricas e sociais que marcam o cenário no qual a prática profissional veio a se tornar discussão. Provocados a buscar como o profissional se constitui num cenário de mudanças, percebeu-se que a história é ponto de partida essencial, pois nos coloca frente aos eventos reais no qual o problema veio a existir e como que a preocupação pela atividade profissional foi planejada nesse contexto.

Assim, a dissertação foi organizada em três partes. Na primeira, intitulada “**Considerações para uma história da Psicologia**”, a contribuição teórica de Adolfo Sanchez-Vázquez dispõe do processo de formação do homem histórico como superação da perspectiva de um ser imediato, abstrato e unilateral, compreendido como um ser que não existe apenas *em si*, isto é, trata o humano como um ser imerso num determinado lugar com relações sociais históricas produzidas cotidianamente. Para dialogarmos com essa perspectiva, a obra de Karel Kosík nos auxilia na reflexão sobre a vida cotidiana que se apresenta na forma da *pseudoconcreticidade*, no qual o autor expõe a realidade como forma imediata e fragmentada que permite o sentido de homem imediato e

espontâneo, um ser na qual a consciência e realidade se transformam em fatos correntes e individuais, sem perceber a rede de relações que são desenvolvidas historicamente em sociedade.

Desse modo, a psicologia como conhecimento sobre o humano deve se ocupar frente a realidade desde uma análise ampla da condição da vida em sociedade, como também, das questões que atravessam o indivíduo na sua particularidade. Os apontamentos de Silvia Lane do homem em movimento, a partir do pensamento marxiano no qual o que os indivíduos são, depende das condições materiais de sua produção, nos levam à síntese da totalidade do ser. Tal é a tese fundamental da concepção materialista da história, que expõe o processo real da vida material e revela os diversos consciências que expressam a ideia de humano, sociedade e conhecimento. Ademais, a contribuição de autores como Eric Hobsbawm e Edward P. Thompson, nos servem de textos complementares da concepção materialista da história.

O objeto de estudo desta pesquisa, a formação do profissional psicólogo, parte da perspectiva que o conhecimento teórico neste campo tem sua razão de ser na prática. Nenhum conhecimento, teoria ou ideia nos serve se não pela sua aplicação prática na realidade, a transformação do pensado em ação, logo, a formação deste profissional trata de um movimento de apreensão de uma consciência teórica para uma consciência prática.

Uma segunda parte, intitulada “**A Psicologia no Brasil: o contexto complexo de um cenário de mudanças**”, a partir de Octavio Ianni e Darcy Ribeiro, resgata o panorama dos anos 1950 sobre a presença do plano de desenvolvimento econômico do Brasil moderno. O capítulo passa por movimentos que marcaram a história, da instalação do modo de produção capitalista através da industrialização chegando até o Golpe de 1964, quando o projeto político de João Goulart é derrubado pelo poder militar por sua menção comunista. A partir daí, as condições sociais tornaram-se mais estreitas e críticas para aqueles que se opunham aos mandos dos militares, fossem sindicalistas, estudantes, professores, movimentos sociais e quaisquer indivíduos contra a ditadura, todos tiveram de encontrar formas de resistência.

O capítulo aborda, ainda, a dominação brasileira às políticas norte-americanas. Isso tudo forma o cenário no qual a discussão sobre uma profissão tomou conta do momento. As ideias, propostas e intenções das mais diversas apareciam, para muitos o debate estava no tipo de formação deste profissional e destacavam a importância de um programa de atividades adequadas ao trabalho desempenhado. Além disso, a disputa por terminologias de outras áreas desdobrou uma importante questão sobre as competências deste profissional que se ocupava de práticas que tinham demanda social mesmo sem o reconhecimento legal.

Numa terceira parte, “**Contexto Histórico-Crítico da Formação em Psicologia**”, apresentamos a ideia surgida em idos de 1920 na União da República Socialista Soviética (URSS), momento no qual a psicologia passa por reformulação desde suas bases teóricas até sua atividade prática. A proposta de estudo do fenômeno psicológico a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, elaborado num cenário revolucionário, firma a prática psicológica para a construção do homem novo para uma sociedade nova. A revolução socialista deu início ao trabalho de construção de uma sociedade na qual a produção da vida é ponto de partida e chegada.

No pressuposto do psicólogo soviético Lev S. Vigotski, a condição na qual o país estava vivendo demandou maiores esclarecimentos de qual era o lugar da Psicologia nesse cenário. Por essa razão, sua intenção era de construir uma psicologia geral desde o materialismo histórico como fundamento para pensar o ser psicológico na sua totalidade, superando a dicotomia sujeito e objeto. Georges Politzer, filósofo e húngaro, argumenta que a psicologia devia estudar a condição de existência do indivíduo, a vida cotidiana construída e os dramas vividos nesse processo. Ainda que a tentativa é de estabelecer uma psicologia do indivíduo no meio social, o foco de Politzer está na atividade humana como ação pela qual a consciência passa a existir.

Essa relação entre processo histórico e mediação do cotidiano, nos remete a ideia filosófica do homem de Sanchez-Vázquez e produção histórica pela atividade cotidiana de Kosík, mesmo que não se trata de uma proposta de formação, lida com a prática do psicólogo, avaliando a trajetória de

construção do trabalho deste profissional, e isso é suficiente para que a discussão de Vigotski e Politzer nos auxiliem na reflexão sobre outras possibilidades de atuação deste profissional.

No processo desta pesquisa, estabeleceu-se que a relação entre conhecimento e atividade profissional, teoria e prática, decorre de uma construção histórica social. A formação lida com o movimento de transformação de indivíduos para atuação sobre a realidade, porém, o psicólogo não se transforma a si mesmo. O profissional psicólogo com uma prática que colabora para o percurso histórico da humanidade, deve buscar, portanto, a unidade do trabalho psicológico com o compromisso metodológico de integração da história humana às interpretações de mundo.

1 CONSIDERAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

*Nenhum homem é uma ilha,
um ser inteiro em si mesmo;
todos são parte do continente,
uma parte de um todo.*

Ernest Hemingway¹

1.1 O HOMEM EM MOVIMENTO: COMO ACOMPANHÁ-LO A PARTIR DA PSICOLOGIA?

A profissão de psicólogo no Brasil é constituída por distintos projetos de formação profissional. Há que se ressaltar, entretanto, que todos estes projetos partilham um determinante comum de um ideal de psicólogo. Essa diversidade nos desafia a refletir e a compreender o modo como se tem pensado a formação do profissional psicólogo em um país que, passados os anos de sua modernização, o fulgor iniciado nos anos 1950, experimentou o jugo da ditadura militar nos anos 1960 até meados dos anos 1980, a redemocratização política e social dos anos 1980/1990, seguidos de um período de endurecimento das lutas sociais com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimento indígena brasileiro, movimentos de afirmação de identidade de gênero e etnia, apenas para citar alguns.

Todo este cenário indica a complexidade da realidade com a qual o psicólogo lida em suas tarefas cotidianas. Esta complexidade exige que nossa reflexão se dirija às práticas formativas pelas quais os profissionais psicólogos compreendem seu lugar e o lugar de sua intervenção em uma realidade social em contínua modificação.

Consideramos a ideia do que a Psicologia se tornou no cenário da sociedade soviética,

¹ O autor original da citação é John Donne, poeta inglês do século XVII. Contudo, é através da obra de Ernest Hemingway, intitulada “Por quem os sinos dobram” que a frase chegou até nós, por esse motivo a referência a este último.

especialmente, a partir dos anos 1920, quando aparecem no cenário do debate propriamente psicológico a posição de Lev Vigotski, de que a Psicologia deveria se firmar como disciplina histórica, fundamentada no método proposto por Karl Marx.

Na perspectiva de Vigotski (2000) “a palavra história (psicologia histórica) significa duas coisas: 1) abordagem dialética geral das coisas – neste sentido qualquer coisa tem sua história, neste sentido Marx: uma ciência – a história” (p. 23). O conhecimento produzido pela Psicologia deve se converter num “sistema de análise psicológica adequado para desenvolver uma teoria a partir da teoria histórica das funções psíquicas superiores, que por sua vez se apoia em uma teoria que responde à organização sistemática e ao significado da consciência do homem” (VIGOTSKI, 1999, p.193).

As mudanças que ocorrem no desenvolvimento histórico dos homens, tratam de mudanças do relacionamento do homem com o seu ambiente e seu próprio ambiente em transformação, mudando-se, superando-se. Em consequência, o pensamento, a consciência, a vida psicológica só possui sentido quando observado desde seu desenvolvimento mais simples para o mais complexo, ou seja, a constituição da consciência através de toda a trajetória histórica dos homens.

Desse modo, a Psicologia na condição de construção humana, demanda ser compreendida por sua perspectiva histórica. Pois como procurar conhecer a história de uma determinada ciência e deixar de lado a natureza *verdadeiramente histórica* de seus problemas? Deste modo, conforme Klappenbach e Pavesi (1994, p. 446) a Psicologia “(...) por objeto e método, se inscreve decididamente no campo das disciplinas históricas (...)”. Também Figueiredo e Santi (2013), na obra *Psicologia: uma (nova) introdução – uma visão histórica da psicologia como ciência*, nos mostram o aparecimento da prática psicológica e os vários propósitos para que esta se tornasse ciência independente.

Partimos da concepção na qual o ser humano transforma a realidade e transforma a si mesmo, constantemente, através do movimento de ação sobre a realidade. Como apontado por Lane

(1986), o ser humano ao produzir as condições materiais necessárias à sua sobrevivência transforma, ao mesmo tempo, a realidade na qual está inserido e a si próprio. Isso significa que, o homem é um ser essencialmente histórico e social, de modo que só existe pela produção de sua existência em sociedade.

Não há condição humana que não passe pela relação direta com o aparato biológico que permite ao ser humano uma constante superação das condições dadas pela natureza. E a humanização acontece, de fato, neste processo de superação que os humanos fazem das coisas que estão dadas, inertes no mundo natural com fins antecipados, previstos e desejados, transitando do meramente natural para o social.

“O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento. Quando o homem se separa definitivamente do macaco esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade” (ENGELS, 1986:273).

Tal contexto ordena a Psicologia na condição de um conhecimento que visa trabalhar com o humano e, neste trabalho, oferecer contribuições significativas às demais ciências quanto a elementos tais como consciência, pensamento, cognição, comportamento, emoções, dentre outros. Em termos de perspectiva de análise, as compreensões sobre o humano podem se dar desde uma macro e micro-análise. Na macro-análise o foco está determinado por todo o contexto social, suas estruturas e relações. Já na perspectiva micro-analítica, o foco das considerações está direcionado para o homem formado por este contexto social e histórico, onde o mundo se apresenta como as mediações que foram internalizadas pelo sujeito.

Pela ação o homem se faz um ser histórico, com interação na realidade socialmente dinâmica. A esse respeito muito nos vale recordar que “(...) a relação homem-meio implica a

construção recíproca do homem e do seu meio, o ser humano deve ser visto como produto de sua relação com o ambiente e o ambiente como produto humano, sendo, então, basicamente social” (LANE, 1986:82).

Tal concepção de Lane (1986), aponta uma Psicologia voltada a concretude histórica da realidade que a origina e sustenta. É neste ponto que tratar da questão da formação profissional em Psicologia se coloca como algo necessário e importante. Necessário porque a cada dia novos cursos são abertos no Brasil², e importante porque ao oferecer uma formação que se amplia cada vez mais, esta formação dê conta de oferecer à sociedade brasileira uma configuração profissional capaz de responder às reais necessidades presentes em um país tão desigual como o é o Brasil.

A questão relativa ao preparo do profissional psicólogo, na condição de agente transformador da sociedade brasileira conduz, necessariamente, a reflexão ao plano de recuperação da história do indivíduo na intersecção com a história de sua sociedade, permitindo assim, entender o homem como produto e produtor da história: um homem em movimento. A produção em massa, o ritmo intensificado do mercado, o avanço da tecnologia, determinam, atualmente, a organização do mundo e do modo de viver humano, é o modo de produção capitalista. A formação dos psicólogos brasileiros, constituída com base na “compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão” (BRASIL, 2011), mostra que o reconhecimento desta condição presente, é parte integrante da formação e da ação do psicólogo. E, neste ponto, destacar as condições pela qual a vida moderna se materializa, torna-se tarefa importante.

² No estudo realizado por Lisboa e Barbosa (2009), percebe-se que a partir de 1990 houve uma expansão dos cursos de graduação em Psicologia, sendo concentrados, na sua grande maioria, em instituições universitárias privadas com fins lucrativos. Até o ano de 2009, foram identificados um total de 396 cursos de graduação em Psicologia em todo o Brasil.

“A expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivências. (...) Os “problemas do refugio (humano) e da remoção do lixo (humano)” pesam ainda mais fortemente sobre a moderna e consumista cultura da individualização. Eles saturam todos os setores mais importantes da vida social, tendem a dominar estratégias de vida e a revestir as atividades mais importantes da existência, estimulando-as a gerar seu próprio refugio *sui generis*: relacionamentos humanos natimortos, inadequados, inválidos ou inviáveis, nascidos com a marca do descarte iminente” (BAUMAN, 2005:14-15).

Sánchez-Vázquez (2011), ao referir que o homem é um ser social e histórico, reafirma a perspectiva de que acompanhar atentamente o processo de relações sociais e históricas é algo do que os estudos em psicologia não podem abrir mão. Mas como tomar em consideração a dinâmica de uma realidade complexa por meio de suas manifestações cotidianas? Para isto, recorreremos à Karel Kosík (1976), com uma indicação ímpar para resolvermos essa questão.

Conforme este autor, a realidade não se apresenta imediatamente ao homem de forma concreta e objetiva, ou seja, a realidade se apresenta como *pseudoconcreticidade*, um claro-escuro de verdade e engano, onde o fenômeno indica a essência real do objeto e, ao mesmo tempo, a esconde. Nesses termos, “o mundo fenomênico tem a sua estrutura, uma ordem própria, uma legalidade própria” (KOSÍK, 1976, p. 10). Por esse motivo o conhecimento lida com duas formas e dois graus de aproximação sobre o vivido. A primeira delas lida com a representação imediata do real, importante na produção do saber, pois é através desta que o movimento de aproximação com a segunda forma acontece, da forma conceitual sobre o objeto real.

“Não é possível compreender imediatamente a estrutura da coisa ou a coisa em si mediante a contemplação ou a mera reflexão, mas sim mediante uma determinada *atividade*. Não é possível penetrar na “coisa em si” a responder à pergunta – que coisa é a “coisa em si”? – sem a análise da atividade mediante a qual ela é compreendida; ao mesmo tempo, esta análise deve incluir também o problema da *criação* da atividade que estabelece o acesso à “coisa em si”. Estas atividades são os vários aspectos ou modos da *apropriação* do mundo pelos homens” (KOSÍK, 1976:22-23).

Kosík (1976) mostra que o todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe seja dado imediatamente em forma sensível, isto é, na representação, na opinião e na experiência, o todo apresenta-se como um todo caótico e obscuro. Para compreender o fenômeno, o

real de forma concreta, é necessário a mediação do abstrato, através da mediação das partes. Trata-se de um processo de *concretização* que “procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade” (KOSÍK, 1976, p. 42) e nesse movimento se torna possível atingir a concreticidade, o real, a compreensão dinâmica que se reproduz através do sujeito histórico real.

Com isso pensamos em Sánchez-Vázquez (2011), quando fala que o homem que nega ser integrante às produções em sociedade, na condição de *homem comum*, não vê sua prática direcionada à uma finalidade socialmente ativa e constitui uma perspectiva que precisa ser levada em conta quando queremos compreender os determinantes histórico-sociais que incidem sobre a formação dos psicólogos brasileiros. Considerar que a “(...) consciência de práxis está carregada ou atravessada por ideias que estão no ambiente, que nela flutuam e que, como seus miasmas, aspira (...), portanto, a consciência comum da práxis não está esvaziada, completamente, de certa bagagem teórica, ainda que nela as teorias se encontrem degradadas (...)” (SANCHEZ-VÁZQUEZ, 2011, p.34).

Para compreender o processo de formação dos psicólogos, um importante elemento se faz presente. Um processo que requer a transição crítica da apreensão da realidade realizada pelo *homem comum* de Sánchez-Vázquez (2011) para um movimento de apreensão e acumulação dos saberes teórico-práticos, o compromisso de transformar uma consciência comum em consciência prática objetiva e, por decorrência, de criar um conhecimento em Psicologia capaz de agir/mover as mudanças necessárias na realidade humana, transformando a práxis de *homem comum* na condição de *homem histórico*.

O modo de ser do homem no mundo é resultado das interações deste com as aquisições advindas de uma experiência social genérica, é materializada, transformada em ideias, valores, juízos e preconceitos. Todos estes elementos, entretanto, devem ser considerados tomando como

indicativo a consideração de que “(...) nem mesmo a vida do mais singular indivíduo faz sentido fora do ambiente de sua época e de seu lugar (...)” (HOBSBAWM, 2013, p. 208).

A Psicologia como conhecimento que visa contribuir sobre o entendimento do humano, deve atender as condições históricas sociais, com a compreensão do indivíduo como manifestação da totalidade social, ou seja, o indivíduo concreto (LANE, 1986). E é neste sentido que a presente dissertação se organiza. Refletir em torno do processo de formação do psicólogo através do método histórico, insistindo na ideia de recuperação de uma prática profissional com vistas à superação dos problemas emergentes de nossa realidade. O debate entre sociedade, universidade e ciência, torna-se inevitável, já que é através dessa relação que a formação se apresenta como condição de coerência ética, estética e metodológica.

Certamente que a reflexão contemporânea em torno da formação profissional do psicólogo nos envolve em um tipo de ponderação em torno do como e do quanto a via universitária, assentada basicamente pelas necessidades/determinações de uma sociedade cada vez mais competitiva e individualizada, é produtora de uma formação técnico entrelaçada à prática comum e instrumental, com a abertura massiva de institutos educacionais, indiferentes à historicidade do psicólogo e seu lugar na realidade brasileira.

1.2. A PERSPECTIVA HISTÓRICA

As questões históricas estão impregnadas nos problemas do tempo daquele que pesquisa, assim, “a questão histórica é formulada no âmago não só da profissão, mas também de uma sociedade e por pessoas” (PROST, 2008, p. 84). Por isso, a pergunta que o pesquisador faz é que definirá o estudo pretendido na condição do que nos aponta Prost, para quem as perguntas são formuladas *hic et nunc* por um homem situado em uma sociedade. O pesquisador em história, portanto, está no fluxo histórico de sua época e seu trabalho consiste em explicar, ou seja,

“(...) a história não consiste em cultivar a lembrança de um passado carregado de ressentimentos ou de identidades que separam irremediavelmente; ela se esforça para compreender o que passou, e porque aquilo se passou. Ela está do lado da pesquisa das explicações; ela busca identificar causas e consequências, e, por fazer isto, abraça necessariamente um tempo mais longo que aquele do acontecimento (...)” (PROST, 2000, p. 13).

O pesquisar em história lida com os traços, marcas e vestígios de um passado longínquo ou recente, que não existe de maneira organizada, pronta, fechada. O material com o qual o pesquisador em história trabalha ultrapassa o mero olhar dos fatos para que estes se revelem em seu âmago. A compreensão das relações de ação e consequência nos termos de um estudo histórico exige do pesquisador um sério empenho na busca e organização de fontes documentais tanto quanto de metodologias de análise que permitam uma interpretação o mais possível condizente com o modo pelo qual o acontecimento sob consideração se deu.

O estudo dos eventos do passado, apoiado em uma perspectiva como a proposta por Hobsbawm (2008), não significa simplesmente descobrir o passado, mas *explicá-lo*. Ao produzir uma explicação sobre o passado imediatamente se apresenta a necessidade de nesta explicação promover um elo com o presente. Conforme essa perspectiva pensar a história é um modo de perceber a realidade, e um modo de construção de identidade social.

A história é uma construção das relações humanas em sociedade e, como tal, ela depende de uma época, de uma cultura e da própria concepção ou entendimento que se tem sobre os fatos e eventos ocorridos. Pensar historicamente um determinado período ou condição humana é pensar sobre o processo de constituição da identidade social e da forma de enfrentamento da realidade.

Nesta perspectiva a história lida diretamente com o contraste de comportamentos dos seres em sociedade, que lidam com a realidade dada, daquilo que está posto, do grau de desenvolvimento das forças produtivas determinadas pela história da humanidade. Como Marx (2011, p. 21) tão bem sintetiza: “(...) os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem

sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

É preciso considerar, contudo, que partir de uma concepção materialista da história não significa que a produção da pesquisa, necessariamente, precise ser inserida na teoria ou perspectiva marxista. O que há de ser feito é, sem dúvida, ir buscar na história a materialidade da vida. Por esse motivo, a presente dissertação é guiada pela decisão em assumir o método histórico de base materialista, e seu modo de lidar com as relações humanas no tocante da vida prática, considerando as condições de existência material e esclarecendo o que e como o contexto social se desenvolve a partir das relações humanas.

Para entendermos a histórica relação entre homem e sociedade, o significado de história elaborado por Bloch (2001) nos serve como uma valiosa referência. Como diz o autor, para muitos a história é um tipo de conhecimento, uma ciência do passado. Lidar com eventos históricos e significar estes eventos como o vivido através do tempo e que se transformou em passado, é um equívoco. É preciso considerar que “em primeiro lugar, a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda (...), dizer que a história é a ciência dos homens é ainda vago demais, é preciso acrescentar que ela é a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55).

Nesse sentido, a produção histórica lida com a produção humana em sociedade. O estudo histórico engloba domínios da natureza, porém, há uma grande diferença que separa a história humana da história natural. E isso quer dizer, “(...) o homem delibera, a natureza não; a história humana tornar-se-ia sem sentido se negligenciássemos o fato de os homens terem objetivos, fins, intenções” (VEYNE, 1968 apud LE GOFF, 1990).

Não podemos deixar de destacar, ainda, que a força motriz do desenvolvimento do homem regula o curso da história humana. Como o indivíduo só existe como um ser social, como integrante de um grupo ou comunidade, o desenvolvimento material e a constituição de sua personalidade,

estará relacionado aos aspectos determinados historicamente em sociedade.

A contribuição histórica como um tipo de investigação onde se recorre a contextos particulares, lida com o objeto história real, procurando reconstruir o que passou. Para isso, faz-se necessário compreender uma importante questão feita por Thompson (1981, p. 58): “(...) se a história em si é o único laboratório possível de experimentação, o único equipamento experimental é a lógica histórica”. Para tanto, o historiador ao reconstruir os fatos do passado, trabalha lado a lado com a pergunta que faz para seu objeto, sendo que, é a partir desta que estabelece os critérios de análise quanto aos fatos.

Contudo, os fatos analisados se desenrolam dentro de um conjunto de produções, que se entrelaçam e formam a totalidade das produções humanas. Logo, o passado não é um agregado de histórias separadas ou sucessão de eventos, ela se constitui na forma de um composto de práticas humanas em relação com as partes e o todo, enfrentadas constantemente.

Assim, a lógica histórica se dá através da complexa dinâmica entre fatos ou evidências dotadas de existência real. Por esse motivo Thompson (1981) argumenta que o conhecimento histórico é provisório e incompleto, definido pelas perguntas dirigidas à evidência. A cada nova pergunta, há a descoberta de um novo fato desconhecido até então, permitindo que a construção da história se dê a cada nova pergunta.

Se a pergunta que faz o historiador é o que possibilita a construção do objeto de pesquisa, “(...) ao proceder a um recorte original no universo ilimitado dos fatos e documentos possíveis” (PROST, 2008, p. 75), o entendimento sobre o passado está incessantemente se transformando, ainda que no passado nada se modifica, mas o entendimento humano e o domínio sobre o que passou se transforma a cada nova pergunta, a cada novo embate entre pergunta e objeto. Como um objeto só pode ser conhecido dentro do seu contexto, não há que se explicar um fenômeno fora de sua realidade. Resposta e pergunta, são assim, mutuamente determinantes, sendo necessário compreendê-las como um *diálogo*.

A investigação histórica articulada desde uma totalidade conceitual, na condição de um conhecimento em desenvolvimento, nunca como uma verdade absoluta e fechada, isolada e estática, cada praticante pode trazer novos fatos sobre um mesmo objeto. Thompson (1981) insiste que, isso não significa, absolutamente, que os próprios acontecimentos passados se modifiquem a cada investigador ou que a evidência seja indeterminada, ao contrário, os dados sobre um evento que passou se integram num fluxo sobre o todo que permite maior aproximação com o problema histórico.

Como o homem está sempre em movimento, através da ação sobre a natureza, controlando-a, transformando-a, a investigação do passado envolve o resgate de um novo horizonte, e, dessa maneira, ao trazer novas informações ao presente, caminhar em direção à escrita da história. Para tanto, o movimento realizado neste estudo procura resgatar a materialidade das condições da vida desde uma análise não-natural, partindo do pressuposto que homem e sociedade existem como opostos de uma mesma condição, como produtos da relação dinâmica da existência real.

2 A PSICOLOGIA NO BRASIL: O CONTEXTO COMPLEXO DE UM CENÁRIO DE MUDANÇAS

Para tratarmos do momento de intenso debate com vistas à autonomia e consolidação de uma profissão, com expressividade nos anos 1950, buscamos reconhecer quais foram as condições sociais, econômicas, políticas e culturais que marcam o Brasil nessa década, perguntando-se o que se passava no País e no mundo nesse momento. O que marca a sociedade brasileira historicamente? A década termina como começou? Para entendermos o que se passou nesse período, partimos da contribuição de autores como Octávio Ianni e Darcy Ribeiro, como fonte principal para pensarmos os eventos que atravessam a história brasileira ao momento circunscrito às propostas de formação em Psicologia. A escolha por estes autores, se dá pela ampla variedade de questões sobre os antagonismos presentes na sociedade brasileira, pela preocupação com o rigor teórico-metodológico e pela abrangente reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho, da política e economia, com marcas de uma sociedade de classes, revelando as mudanças e rupturas da época.

A obra de Octávio Ianni, *A ideia de Brasil Moderno*, permite uma aproximação com a questão nacional e as condições de formação da sociedade no século XX, em específico as desigualdades herdadas do passado continuamente recriadas pelo poder político e o ritmo de produção industrial que se instala. Do mesmo autor, recorreremos ainda aos escritos em *Estado e planejamento econômico do Brasil*, onde é apresentada uma análise das políticas de Estado para o desenvolvimento da economia nacional, a reestruturação do poder público e a criação de padrões e valores sociais e culturais específicos, que nos guiam de modo para melhor entender o que sai e o que permanece na história.

Na consulta à obra de Darcy Ribeiro, *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu?*, temos uma contribuição que nos impulsiona a relembrar fatos que compõe a trajetória da civilização brasileira, como descrito pelo próprio autor no preâmbulo do livro, “um recordatório,

um compêndio risonho de feitos e malfeitos” para preencher o vazio da desmemória de “um país eternamente inaugural”, com uma diversidade de acontecimentos que nos levam a pensar o que se passou no refazimento do Brasil, com as mudanças políticas e sociais, das lutas populares e dos rumos da história nacional.

O período da década de 1950, visto como fruto dos eventos e pressões das relações humanas produtivas carrega uma fase cheia de manobras e contramanobras, composto numa série de tensões e pressões políticas de difícil deslindamento, no entanto, na condição de uma pesquisa histórica é indispensável, principalmente, pensar sobre o projeto político que tinha como base o desenvolvimento da indústria, acompanhado pelo processo de urbanização das cidades e a introdução de capital estrangeiro, com forte presença de empresas privadas. Ianni (2004) mostra que, a partir de 1930, especificamente, a expansão e enraizamento das formas intensivas e generalizadas de industrialização fixam as bases do “capitalismo nacional” – desenvolvimento econômico com montagem de infraestrutura e acordos com os Estados Unidos e pela exportação de alimentos e matérias-primas.

Essa mudança no ritmo do mundo do trabalho e as mudanças na organização social com a falência do federalismo da República Velha e a implantação do Estado Novo, a partir de 1930, fortemente centralizado por Getúlio Vargas, denota um Brasil na tentativa fundamental de entrar no ritmo da história mundial, organizando-se segundo os interesses dos setores sociais mais avançados, destrinchando a livre circulação de mercadorias e a integração de regiões dispersas com contato direto com os grandes centros urbanos. Na cidade de São Paulo, por exemplo, o desenvolvimento industrial já vinha ocorrendo desde o início do século mas a partir de um desenvolvimento de regiões longínquas, favoreceu a exportação massiva de manufaturados, aproximou a metrópole e áreas remotas para um mesmo fim: a reformulação das condições de funcionamento do mercado de produção (forças produtivas) e as relações entre economia brasileira e economia internacional.

Nesse contexto, a maior característica que atinge todos os países latino-americanos e não apenas o Brasil, é que passam a serem vistos como exportador de produtos primários e importador de serviços e produtos industrializados. Ianni (2004, 1988) registra que a industrialização, apoiada na relação Estado e capital privado interno atraiu com maior presença o capital estrangeiro, sobretudo, após a II Guerra Mundial, resultando na reconstrução da Europa e na internacionalização do capitalismo, com abertura de novos campos de negócio. Assim, em cada lugar, província, estado ou região brasileira, desenvolvem-se e transforma-se a sociedade e a economia, a política e a cultura. São distintas formações sociais no âmbito de uma formação social abrangente, integrativa e contraditória.

2.1 O PROJETO DE UM PAÍS MODERNO: BRASIL NOS ANOS 1950

O Brasil na década de 1950, passa por momentos que marcam o País profundamente. As modificações que ocorrem na dinâmica mundial ecoam no território nacional, como o avanço científico e tecnológico, surgimento da televisão e comunicação de massa, novas premissas para a vida e a sociedade do pós-guerra, o desenvolvimento da biologia molecular e descoberta do DNA, expansão da economia capitalista e aumento do consumo desenfreado, a Guerra Fria e o conflito entre o bloco capitalista e socialista com a disseminação ideopolítica nos países vizinhos, são exemplos de que tratava-se de um cenário de mudanças.

Esse contexto político, entretanto, diz respeito a uma condição que não atinge somente o território brasileiro. O desenvolvimento dos países latinoamericanos, no período possuem semelhança por sua participação no mercado de exportação de produtos primário e importação de serviços industrializados. Como o mundo acabava de sair de uma segunda grande guerra, a disputa ideológica entre EUA e URSS na divisão do bloco estado unidense e o bloco soviético, acarretou em ambas potências tentando instalar o seu sistema político como modelo em outros países. A título de exemplo, a resposta cubana à influência imperialista americana no continente e adesão à esfera

política da URSS, resultou na revolução de 1959, com medidas como a nacionalização das empresas estrangeiras, reforma agrária e instalação de um serviço público de saúde, erradicação do analfabetismo e educação gratuita para toda população, para citar algumas. A resposta dos EUA, como bem se sabe, foi a ruptura e bloqueio econômico com a ilha (e posteriormente uma tentativa fracassada de golpe – a invasão da Baía dos Porcos).

A Guerra Fria dominou o cenário internacional, e, como retratado por Hobsbawm (1995), a partir de Thomas Hobbes, “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (HOBSBAWM, 2009, p. 224). A tensão dos EUA fez com que a estratégia fosse injetar com força a internacionalização do capital noutros países latinoamericanos, evitando que estes países se inspirassem na revolução cubana e se aproximassem da URSS. A resposta brasileira, porém, apareceria na metade da década com o plano de governo de João Goulart.

No início de 1950, os tempos eram ainda do retorno de um ditador à presidência: Getúlio Vargas. Dessa vez, porém, assumiu o cargo por vias democráticas, eleito pelo próprio povo. Nos quinze anos em que ficou no poder, instituindo a Era Vargas, adotou um governo com base no nacionalismo e populismo, investindo em formas de aproximação com a classe trabalhadora, para que sua permanência no cargo pudesse se realizar. O regime político do Estado Novo, implantado através de um autogolpe no ano de 1937, eliminou a existência dos partidos políticos e centralizou-se na sua própria imagem, impedindo que eleições fossem feitas durante o tempo em que esteve no poder.

Para Ribeiro (1985), a fim de legalizar o seu próprio governo, o caminho encontrado por Getúlio Vargas fora o golpe de Estado, a implantação de uma ditadura fascista que extingue o sistema representativo e anula as liberdades públicas, caracterizado num governo autoritário e centralizador, com a regência e tutela da sociedade sob o Estado. Aos poucos, porém, a rigidez fascista se perderia e predominaria o neutralismo.

Getúlio Vargas transformou a economia com base no trabalho agrário para o trabalho industrial, com a característica principal do Brasil moderno na expansão do sistema econômico capitalista. A construção de estradas e rede portuária fluvial, permitiram um fluxo de produção mais intenso,

“a economia do Brasil se expande de modo acelerado com a instalação de instituições privadas e estrangeiras que investiam nos recursos nacionais como o transporte, energia, comunicação e infraestrutura. Com isso, acelera-se a urbanização e o capitalismo firma-se de modo extensivo e intensivo” (Ianni, 2004:44).

A mudança na organização do trabalho, num cenário de industrialização crescente, demandou escolas técnicas e profissionais para instrumentalização e otimização das forças produtivas, a partir da mão-de-obra qualificada e formação das mentalidades.

Frente a esse crescimento, discutia-se a educação do povo como processo para o desenvolvimento eficiente de uma sociedade em mudanças. Contudo, não existia um pensamento homogêneo quanto o projeto de formação do brasileiro, o que se via era a oposição entre os modelos de educação para as elites e outra para a educação popular, entre o ensino privado e outro gratuito, religioso e laico. A elite pouco se preocupou com a construção de escolas e a oferta à educação popular era praticamente inexistente.

Essa condição chamou a atenção do educador Anísio Teixeira, que trabalhou nos anos 1920 e 1930 na difusão da Escola Nova. Para ele, “a educação escolar é uma necessidade, em nosso tipo de civilização, porque não há nível de vida em que dela não precisemos para fazer bem, o que de qualquer modo sempre teremos de fazer” (TEIXEIRA, 1970, p. 397). Foi através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) criado em 1937, que tinha por decreto-lei organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas com a promoção de pesquisas, que Anísio Teixeira encontrou assistência técnica para os serviços estaduais, municipais e particulares de educação.

Em 1952, as atividades no INEP, tornam-se significativamente expressivas com a pose de

Anísio Teixeira para o cargo de Diretor-Geral. A sua ênfase no trabalho de pesquisa, lançou decisão crucial para o levantamento de dados a partir das próprias questões internas inerentes à condição educacional, política e econômica do Brasil moderno. Reuniu intelectuais e educadores com a intenção promover, a partir do Centro Brasileiro e Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CBPE-CRPE), as bases científicas para a reconstrução educacional do Brasil. O trabalho nos CRPE tinha participação de Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Dante Moreira Leite, Darcy Ribeiro, para citar alguns.

Na concepção de Anísio Teixeira a escola não deveria ser preparatória para a vida, pelo contrário, é necessário compreender a escola como *a* própria vida, no qual a processo de educação é um processo de formação dos indivíduos. A educação era vista como o maior bem que um povo poderia conquistar, defendendo a experiência do aluno e a democratização do ensino, a luta por escolas públicas em todos os níveis. Por esse motivo Anísio Teixeira insistia na formação do homem comum, destacando a formação dada no ensino primário, mas sem deixar de lado os rumos do ensino secundário e superior. Para ele, a escola deveria deixar de ser uma instituição segregada e especializada no preparo de intelectuais ou escolásticos, para se transformar na agência de educação dos trabalhadores qualificados.

A ciência, para este educador, configura-se como um percurso de idas e vindas em constante reconstrução, com o conhecimento superado a todo instante, entender esse processo é descobrir que o homem é quem transforma o próprio mundo. Logo, a educação como processo exclusivo de formação de uma elite deveria ter seu fim, já que este modelo de educação acabava mantendo a grande maioria da população em estado de analfabetismo e ignorância (SIMÕES, 2007).

O pensamento de Anísio Teixeira pela influência de John Dewey, filósofo norteamericano com base no pragmatismo, pressupõe que para discutir os processos educacionais é preciso pensar a integração entre sociedade e indivíduo, com o aprendizado refletindo na vida cotidiana daquele que aprende. Dessa maneira, o ensino público para a formação da população, depende do processo de

democratização do conhecimento. O saber como matéria pela qual a intelectualidade é uma realidade da elite e para a elite, tornava o desenvolvimento social como um lugar em que as decisões em sociedade sejam subtraídas a instalação de um pensamento dominante de classe.

A educação como processo de construção do homem em sociedade, aparece como debate emergente para se pensar a constituição do indivíduo em todas suas capacidades humanas, transformando a vida e a história. A formação educacional, como caminho para o a produção da vida em sociedade, para a promoção da autonomia e da capacidade de decisão sobre os rumos sócio-políticos tinha de lidar com o movimento por um ensino compromissado com a vida humana. Contudo, a educação como instrumento de superação das contradições históricas existentes, tem uma ruptura no seu processo teórico e prático. A ruptura teórica lida com a perseguição de formas de saberes com base na crítica e no plano político de transformação da realidade.

2.2 O PROJETO DE UM PAÍS RESTRITO: O GOLPE DE 1964

“O governo de Jango define, desde os primeiros meses, seu perfil político e social através da campanha pelas reformas de base que mobiliza todo o país em movimentos de massa, exigindo do Congresso as medidas constitucionais e legais necessárias para a renovação de nossas instituições (...)” diz Darcy Ribeiro (1985) em seu *Aos trancos e barrancos. Como o Brasil deu no que deu* (Parágrafo 1725). Entre as reformas, fazem referência direta à educação: uma, para ampliar a rede pública de ensino em todos os níveis; outra – especial para a universidade, a quem competiria participar do desenvolvimento nacional autônomo.

Na segunda metade de 1950, o mundo e o Brasil entram em um processo acelerado de desenvolvimento industrial. A ideia de construção de um Brasil moderno e industrializado deixava de ser realidade exclusiva de grandes centros. Juscelino Kubitschek, com a política desenvolvimentista, com foco à expansão industrial, lançou o “Plano de Metas” – modo pelo qual o crescimento da economia se dava com o cruzamento de setores da indústria trabalhando numa

relação diretamente dinâmica e interdependente. A título de exemplo, o trabalho necessário no setor agrícola, seria melhor aproveitado com o uso de tratores, previsto no setor automobilístico.

O mercado automotivo é uma força política de Kubitschek, intensificando o processo de industrialização e a relação capital-trabalho, com o desenvolvimento de tecnologias de ponta e aparelhos fabris avançados. Nesse cenário, o Estado de São Paulo torna-se o maior parque industrial da América Latina e o modelo de produção toyotista³, crescente no Japão pós-guerra, torna-se padrão nas montadoras de automóveis.

“É uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo. Por isso sua produção é variada e bastante heterogênea, (...) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo; a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas, alterando-se a relação homem/máquina tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção (ANTUNES, 2002:09)

A elaboração e execução do Plano de Metas, constituído num projeto de desenvolvimento, possui interdependência com setores de transporte, indústrias, educação. O debate, contudo, possuía divergências em cada área, como acontecia na política educacional na qual estava Carlos Lacerda⁴ argumentado a necessidade de ensino privado e um ideal mantido pela Igreja Católica da “liberdade de ensino”. De um lado estava o pensamento conservador de “escola livre” e do outro a esquerda defendia o acesso de todos à “escola pública”.

A defesa por uma escola aberta a todos os setores da população, pensado principalmente para quem tinha menos acesso aos direitos sociais fundamentais, o movimento de intelectuais que

³ Com o término da segunda grande guerra mundial, o Japão vivia uma condição de escassez quanto os recursos materiais, não podendo se dar ao luxo do desperdício da produção de massa como na lógica do fordismo. Logo, a lógica toyotista fora importada para o cenário brasileiro, com a produção de vários tipos de materiais e peças para diferentes setores e indústrias.

⁴ Político e jornalista carioca, tornou-se militante comunista no começo de 1930. No final da década rompe com o movimento comunista e consagra-se um dos maiores porta-vozes da ideologia conservadora e direitista, tornando-se membro da UDN. A figura de Carlos Lacerda vai ter marcas até o último momento anterior ao Golpe de 1964, é ele quem anuncia em setembro de 1963 que “será feito o necessário para o governo de Jango não durar nem mais um dia”.

revive a questão educacional nos anos 1950 (com alusão ao manifesto de 1932 intitulado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”), agora sob o título de “Mais uma vez convocados” propõe uma educação básica pública, obrigatória, laica e gratuita. Um abaixo-assinado por mais de 100 pesquisadores e intelectuais militantes tais como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro, entre outros, indica o ensino público em harmonia à consciência do povo, um forte aliado na construção nacional e na identidade social rumo a um desenvolvimento democrático.

Quando JK idealizou a construção da capital Brasília, como cidade modelo para o plano de modernização brasileiro, Darcy Ribeiro – que à época era ministro da educação e cultura – destacou a necessidade de construção de uma universidade. Esse tipo de instituição estaria associado à formação e consciência crítica do povo (RIBEIRO, 1985). Tal proposta nos faz lembrar o pensamento de Anísio Teixeira, que compartilhou da tarefa ao lado de Darcy Ribeiro na elaboração de uma Universidade que proporcionasse a produção de conhecimento científico e tecnológico para estabelecer a organização do saber no ideal moderno.

Com o início da década de 1960, o mandato de Juscelino Kubitschek chega ao fim e quem o sucede vitorioso é Jânio Quadros, que tão logo subiu ao cargo e por lá ficou apenas seis meses, o desafio de lidar com o processo desenvolvimentista deixado por Juscelino ficou, especificamente, com João Goulart. Para ser reconhecido, João Goulart brigou com a pressão dos políticos conservadores e militares que insistiram no parlamentarismo. Com a realização de um plebiscito, conclamado por Goulart, o regime parlamentarista cai e o presidencialismo é resgatado.

Conforme Konder (2003), João Goulart preconizava as “reformas de base”, que não agradavam a todo o conjunto de forças da esquerda, mas irritavam profundamente mais ainda, as forças de centro e de direita. Jango (como era conhecido João Goulart) apoiou o movimento operário em algumas grandes greves e facilitou a organização do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962. A estratégia de um ideal político com realização prática de modo democrático,

como Darcy Ribeiro (1985) diz que o que foi proposto pelas “reformas de base” foi uma alternativa pacífica, persuasória, à revolução cubana. E foi de Jango a primeira tentativa histórica responsável de reformar nossas instituições. Como tal, ele representou para os reacionários a ameaça de uma prosperidade menos lucrativa, ao mesmo tempo que, para o imperialismo, a possibilidade de a América Latina realizar suas potencialidades como civilização.

Falava-se de um momento no qual o Brasil preparava-se para se tornar uma “república sindical” – o que fazia agitar o governo norteamericano – mesmo que “não se sabia bem o que era isso, os comentários eram sobre o Estado que seria entregue aos dirigentes dos sindicatos operários e o governo desencadearia uma onda de confiscos de propriedades e medidas repressivas contra os proprietários” (KONDER, 2003). A presença de um pensamento político que tinha como finalidade a construção da realidade por vias democráticas, com a proposta de uma *reforma* e mudanças na trajetória do fazer histórico brasileiro, eliminando as profundas marcas do conservadorismo e o pensamento da classe dominante. A política de Jango incomodava desde as raízes, abalava os EUA que aqui vinham seu quintal de investimento, a possibilidade de se instaurar uma revolução e o País ser tomado por guerrilheiros sindicalistas.

Assim começa a se agitar a operação contra a continuidade de Jango na presidência e contra sua suposta orientação sindicalista e pró-comunista, com campanhas milionárias de difamação de seu governo pelos jornais, pelo rádio e pela televisão. O importante a assinalar é que o governo de Jango “não cai em razão de seus eventuais defeitos; ele é derrubado por suas qualidades: representa uma ameaça tanto para o domínio norte-americano sobre a América Latina como para o latifúndio” (RIBEIRO, 1985).

Nas áreas centristas e liberais, crescia rapidamente o receio de que Jango, de fato, desrespeitasse a Constituição e desse um “golpe de esquerda” (KONDER, 2003), foi aí que o segmento mais reacionário-autoritário executou o plano de golpe militar-empresarial, que vinha sendo elaborado desde 1961. Em 1 de abril de 1964, um levante militar forçou a destituição do

presidente da república. Deposto, Jango se refugiou no Uruguai. A repressão cultural é desencadeada por uma série de apreensões e queima de livros, bem como a censura e prisão de escritores, artistas, professores; alguns se exilam em diversos países, outros, que aqui ficam, enfrentam a força burguês-militar: cassação dos direitos políticos, perseguição a manifestantes e movimentos sociais, censura, tortura, controle.

Do ponto de vista educacional, cabe ressaltar que, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com atividades significativas nos anos do governo Kubitschek em favor do desenvolvimento nacional e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), com a encenação de peças de teatro, agitavam a propaganda em favor da luta pelas reformas de base satirizando o imperialismo. Eis que sede física do ISEB é destruída, a UNE e a UnB são assaltadas, professores de destaque no cenário são perseguidos e expulsos, o Centro Nacional de Pesquisas Educacionais e dos Centros Regionais instalado por Anísio Teixeira em diversos estados foram desmontados e a dissolução da campanha de alfabetização de Paulo Freire que teve presença a partir de 1960 foi interrompida.

A ideia de ensino público inquietava os setores mais conservadores, pois como poderia a classe de trabalhadores, o povo brasileiro, a grande massa popular, usufruir do que sempre fora exclusivo e restrito à uma parcela da população? Estava aí o risco de tomarem consciência de sua condição e capacidade política e modificarem o percurso histórico nacional. Ademais, o ensino público, livre, gratuito e laico, como movimento de conscientização, não acontece de modo isolado no mundo, ele possui interesse cultural e político, sua formação se dá com bases teórico-práticas que não permanecem ecoando no espaço, elas atingem concretamente a realidade sócia de um lugar.

A reestruturação da educação tinha como modelo a pedagogia tecnicista, na qual imperam as teorias de uma sociedade tecnológica e industrial.

“Com a ditadura a concepção de que o ensino é mercadoria foi concretada de tal maneira que o acordo MEC-USAID foi uma maneira de implantar a reforma universitária que fosse adequada ao “espírito da época”, com a privatização da universidade pública e a

decomposição dos grupos estudantis organizados. O plano era “estrangular a escola pública e permitir a expansão do ensino comercializado” (FERNANDES, 1989:106).

A função social da educação no período do regime militar era a garantia do modo de produção capitalista, a educação de classes. O que se nota nesse tipo de educação, é a conformação aos valores burgueses, valores que mantêm a grande maioria da população sem acesso à instrução, abandona-se a instrução com vistas à transformação social e trabalha-se para a consolidação de um ensino com finalidade à manutenção e fortalecimento dos dinamismos do sistema capitalista mundial, mostrando que o lugar do trabalhador é responder aos mandos e desmandos da produção.

“A política educacional do regime militar abrangeu, ao longo dos seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino, alterando a sua fisionomia e provocando mudanças, algumas das quais visivelmente presentes no panorama atual. Pautado pela repressão, o Estado editou políticas e práticas que, em linhas gerais, redundaram no tecnicismo; na expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus às custas do rebaixamento da sua qualidade; no cerceamento e controle das atividades acadêmicas no interior das universidades; e na expansão da iniciativa privada no ensino superior” (BITTAR; FERREIRA JR, 2006:1161).

O projeto político social alternativo, que tinha nas *reformas de base* seu fundamento, representou uma ameaça tão grande à ordem vigente que a classe dominante admitia mesmo uma guerra civil para impossibilitar sua concretização. A ideia de mudar a realidade existente, por vias institucionais para superar os dilemas de uma sociedade tão desigual como o é o Brasil, teve sua razão de existir no conjunto de reformas pelo qual a relação entre vários setores fosse mutuamente organizada. Portanto, a questão era abrangente, mas longe de ser genérica, ainda que o desafio fosse imensurável.

Após o Golpe de 1964 a possibilidade de inovação no sistema político e social foi se tornando cada vez mais estreita, cassação de mandatos políticos, criminalização dos sindicatos, prisões de camponeses, estudantes, tornou-se frequente. Os movimentos que defendiam Goulart e demonstravam os problemas sociais emergentes, causava mal-estar numa sociedade conservadora que se estruturava com o dinheiro empresarial e estrangeiro. Como se sabe, com uma série de atos institucionais instalaram o poder e controle militar, com o AI-2 de 1966 os partidos políticos foram

extintos e ao Exército é delegado poderes que o permitem reprimir quaisquer indícios de oposição, já o AI-5 de 1968 que resultou no fechamento do Congresso Nacional, censura à imprensa e aposentadoria compulsória de muitos professores universitários.

A situação brasileira não é caso isolado, a América Latina possui uma história que é *sui generis*. Não há como esquecer das ditaduras militares que se instalaram na América Latina num processo histórico que marca o continente. Em 1958 no Paraguai se instalou o mais longo governo ditatorial; em 1964 no Brasil o golpe duraria 20 anos sob a repressão e violência do Estado militar; Chile em 1973 derrubou Allende e impôs Pinochet; Uruguai em 1973 com repressão e execução, modos pelos quais os governos militares trabalhavam para evitar uma invasão comunista e preservar a ordem dominante de cunho fascista; Argentina em 1976 com um golpe que instalaria os militares no poder após uma série de tentativas de instalar a ditadura que duraria até a metade dos anos 1980. Após a década de 1950, muitos dos países no continente enfrentam uma situação semelhante de luta e resistência.

2.3 A PRESENÇA HISTÓRICA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

A presença do conhecimento psicológico nas diversas instituições e órgãos do governo, colaborava para o projeto de uma sociedade moderna. Além de ser prática recorrente no trabalho de educadores, médicos, psiquiatras, filósofos e advogados, era disciplina obrigatória nos cursos superiores nos quais estes profissionais tinham formação. A criação e abertura de laboratórios de pesquisa, tradução de testes, divulgação das práticas profissionais em boletins e revistas, publicação de livros e artigos de pesquisa, apontam a difusão do saber psicológico nesse cenário de mudanças.

Por um lado, todas essas atividades mostravam as diversas áreas nas quais a psicologia tinha algo a dizer e, a partir disso, o conhecimento psicológico conquistou maior espaço junto às demais áreas do saber. Por outro, revela que as práticas psicológicas eram de interesse do mercado nacional, a disseminação do conhecimento psicológico ocorria com amplitude. Os profissionais que iam ao

estrangeiro para conhecer os modelos de psicologia que eram produzidos nesses lugares e, quando voltavam ao País, procuravam aplicar aquilo que aprendiam no contexto nacional.

O projeto modernizador mudou as relações seja na organização do trabalho, seja na constituição do indivíduo. No manuseio dos instrumentos da indústria moderna, alterou-se a força de trabalho e a execução da atividade necessária para a fabricação de objetos. Como isso só é possível pela ação humana os próprios homens modificam sua formação psicológica.

“Por meio da interação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, como também na sociedade, os homens foram se capacitando para realizar trabalhos cada vez mais complicados, para fixar objetivos cada vez mais elevados e alcança-los. O próprio trabalho foi se tornando diferente, de geração para geração, isto é, mais complexo, mais completo” (ENGELS, 1979:221).

A psicologia foi desafiada a lidar com essa mudança na construção de uma sociedade moderna e para lidar com a construção do homem moderno. O movimento que levou à regulamentação da profissão, esteve longe de ser um simples debate sobre a forma pela qual transcorria o ensino do saber psicológico. O processo transcorreu com a longa duração de mais de 10 anos para ser efetivado, preocupou-se em firmar a identidade do psicólogo brasileiro.

Cabe lembrar que, nos anos 1950 a identidade nacional do País era reinventava. A guinada industrial e modernização nacional demandava a participação da Psicologia, por exemplo, em locais como o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (criado por iniciativa do IDORT), para preparar jovens paulistanos para o trabalho nas companhias férreas, característica da política desenvolvimentista é o investimento no transporte e ferrovias.

Já era recorrente encontrar profissionais em escolas, instituições estatais, organizações do trabalho e Secretarias do Estado mesmo antes de ser promulgada a lei nº4.119 de 27 de agosto de 1962 – que garantiu ao psicólogo sua prática profissional. Nas cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, havia pessoas trabalhando em áreas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que habilitava trabalhadores para as indústrias, Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial (SENAC) que formava mão de obra para o comércio, Companhia Municipal de Transportes Coletivos com atuação de cunho psicológico.

Segundo Mancebo (1999), no Rio de Janeiro no final da década de 1930, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que era subordinado diretamente à Presidência da República, lidava com a resolução de problemas da organização racional do trabalho, especialmente em seus aspectos administrativos e sociais.

“Começou a ganhar forma a concepção que atribuía ao saber psicotécnico a condição de avaliar de forma científica as aptidões dos trabalhadores. Por esse motivo, quando o governo de Getúlio Vargas decidiu realizar uma ampla reformulação do ensino profissional e técnico-industrial, os testes psicológicos obtiveram especial relevância no processo de seleção e matrícula dos alunos nos cursos técnicos” (CASTRO, 2011:99).

A transformação do mundo do trabalho, a partir de um novo plano de desenvolvimento econômico, investe na a prática psicológica com recrutamento de pessoas com aplicação de testes e avaliação das aptidões para os cargos ofertados.

“Esses procedimentos da psicologia aplicada colocaram em primeiro plano os psicotécnicos (ou psicologistas) e seus testes, cujos objetivos eram bem pragmáticos: conseguir funcionários mais adequados para os postos de trabalho. Alguns autores assinalam que as ideias e práticas desenvolvidas no DASP desembocaram na criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV)” (CASTRO, 2011:139)

Com o esvaziamento do DASP e o trabalho direcionado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), um setor de orientação profissional passou a ser formalizado. A tarefa ficou para Emilio Mira y López, médico e psicólogo que, de passagem pelo Brasil para administrar uma série de cursos como membro da Associação Internacional de Psicotécnica, acabou ficando no Rio de Janeiro onde participa da criação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP).

Castro (2011) vê essa situação com possíveis relações genealógicas de proveniência e emergência entre o DASP e o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), que fora criado

por Mira y López em 1947. Cabe ressaltar que, com a implantação do Estado Novo houve uma ampla reestruturação do DASP, suas funções ficaram parcialmente interrompidas e este passou a ter um caráter de mera assessoria, exceto no aspecto de seleção de pessoal, área em que se manteve como órgão executor. Mancebo (1999) complementa, o ISOP se transformaria numa escola com “cursos rápidos” e “centro de pesquisas para implantação e difusão da Psicologia”.

As pesquisas realizadas no ISOP tinham como objetivo, investigar o campo da psicotécnica, a promoção de formação de pessoal especializado e prestação de serviços às instituições públicas e privadas. A estrutura geral de trabalho dividia-se entre: a) seção de informações e secretaria; b) seção de investigação e trabalho social; c) seção de exame fisiosomático; d) seção de exame psicotécnico (MIRA Y LÓPEZ, 1949).

Os trabalhos tiveram publicação a partir de 1949 nos *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, seu título seria mudado mais tarde para *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. Com impressão até os dias de hoje, agora o periódico é chamado de *Arquivos Brasileiros de Psicologia*⁵. Porém, o ISOP seria extinto em 1986 e se dividiria em vários órgãos como Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP), Secretaria da Administração Federal da Presidência da República (SAF), e Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

O destaque maior dos psicólogos está na Associação Brasileira de Psicotécnica, criada em 1949. Como lembram Antunes (2004) e Sá (2012), foi com a criação da Associação que os psicólogos encaminharam um anteprojeto de lei em 1953 ao Ministro da Educação, assinado por seus diretores Lourenço Filho, José da Silveira Pontual, Emílio Mira y López e J.M. de A. Sobrinho, que eram – basicamente – a mesma direção do ISOP/FGV. No memorial

⁵ As publicações mudavam sempre o nome no qual se firmava o grupo: Associação Brasileira de Psicotécnica – 1949-1959; Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABPA) – 1959-1993; Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABRAPA) – 1993-

“(...) aparece como justificativa para a existência da profissão a exigência da prática da Orientação Educacional nos estabelecimentos de ensino secundário, comercial, industrial e agrícola, estabelecida pelas Leis Orgânicas. Neste mesmo anteprojeto, aparecia como disciplina obrigatória na formação do licenciado em Psicologia: Teoria e Prática da Orientação Educacional, tanto no primeiro como no segundo ano” (BAPTISTA, 2011:404).

Castro e Alcântara (2011) registram que desde seus primórdios, sob a influência do ISOP, a Associação Brasileira de Psicotécnica estabeleceu o propósito de regulamentar a profissão. No entanto, a ideia trata-se da formação de um profissional “psicologista”, na condição de um técnico-auxiliar. Assim, tentava-se classificar o tipo psicologista como um assistente técnico, tendo sua atuação supervisionada por um médico ou psiquiatra. A ideia de formação do psicologista dividia-se em três eixos principais que eram a psicotécnica escolar, psicotécnica do trabalho e psicologia clínica.

A proposta que fora encaminhada em 1953, seria reencaminhada com pequenas mudanças em 1957 e enviado ao Legislativo em 1958. Os psicotécnicos tinham que lidar com setores do governo que não aprovavam a ideia do profissional psicologista e com os influentes médicos da época, que tinham uma posição firme quanto ao trabalho clínico. A resistência médica estava exatamente no último eixo que tratava do trabalho clínico. Por incluir o termo “psicoterapia” e “psicodiagnóstico” inquietou os médicos que defendiam esse tipo de atividade como um tipo de prática exclusiva da medicina.

O desconforto dos médicos e tentativa de regalia sobre a terminologia, não é um primeiro pronunciamento que tentava exclusividade de algum tipo de atividade que fora popularizado pela classe. Nos anos 1930, a intenção de um curso de formação no Instituto de Psicologia⁶ no Rio de Janeiro, revela uma tentativa isolada de formação institucional e que teve de lidar com uma situação similar desses médicos. Esse instituto, conforme Centofanti (1982) e Bernardes (2004), criado pelo psicólogo polonês Waclaw Radecki, chamava-se *Escola Superior de Psicologia* e teve a ligeira

⁶ Conhecido nos anos 1920 como o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, o diretor Waclaw Radecki nos anos 1930 transforma o laboratório em instituto.

duração de sete meses, sendo fechado por falta de orçamento, pela oposição de grupos católicos e oposição de psiquiatras contrários à profissionalização da psicologia já naquela época.

A classe psicológica teria de lidar novamente mais tarde nos anos 1950 com a classe médica queixando-se da terminologia psicoterapêutica. A superação desse conflito se dá com a proposta substitutiva das associações paulistas ao incluírem no documento o termo problemas de *ajustamento*⁷. Paralelamente, há de lembrar que, a ideia de formação de um profissional presente na cidade de São Paulo, parte da presença marcante do trabalho dos psicólogos que era frequente em várias instituições na cidade.

A Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) desde sua inauguração em 1933, teve a cadeira de Psicologia Social integrada aos cursos. Quem ministrava era Raul Briquet, a disciplina era situada na “intersecção entre psicologia, biologia e sociologia, apresentando o behaviorismo e *gestalt*, as leis da natureza humana e aprendizagem, bem como alguns subsídios da sociologia” (CARVALHO; SOUZA, 2010). E a Faculdade *Sedes Sapientae*, “contribuiu para a divulgação das ideias psicológicas desde 1933 em diferentes disciplinas dos cursos de Filosofia e Pedagogia (...) mais tarde no período da ditadura militar, inclusive, produz um importante trabalho de atendimento aos perseguidos políticos que possibilitou a relação da atuação do psicólogo e o contexto social (BAPTISTA, 2011, p.200).

Em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo, a disciplina de psicologia é situada nos Cursos.

“O Instituto de Educação Caetano de Campos (antiga Escola Normal de São Paulo) foi transformado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Com isso, o Laboratório de Psicologia Educacional do Instituto de Educação é incorporado à cátedra de Psicologia educacional. Também a partir de 1934, na USP, a Psicologia torna-se disciplina obrigatória durante os três anos dos cursos de Filosofia, Ciências Sociais e Pedagogia, além de estar inserida na grade curricular de todos os cursos de licenciatura” (LISBOA; BARBOSA, 2009; PESSOTTI, 2004).

⁷ Como é lembrado por Guedes (2010), os médicos se prepararam e voltaram com uma nova e pesada proposta, o chamado “Ato Médico”, também mais abrangente – para enquadrar agora todas as ocupações (regulamentadas ou não) voltadas à “saúde”.

O trabalho de psicólogo estava presente no setor de Psicologia Aplicada do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. Quando criado em 1946, a finalidade do instituto era:

“promover pesquisas científicas que estudassem os vários aspectos envolvidos nos processos de administração racional, aquele momento considerados muito importantes para a economia brasileira. O Setor de Psicologia Aplicada, por sua vez, tinha como objetivo estudar os aspectos psicológicos do trabalho: os processos de recrutamento, seleção, readaptação e orientação profissional; a eficiência no trabalho; o salário e outros incentivos; as condições e o ambiente de trabalho; os acidentes; o desemprego e mobilidade profissional; assistência social e econômica aos empregados; fenômenos de liderança, cooperação, disciplina; representação dos empregados junto à direção de empresas” (BAPTISTA, 2011:404).

A prática psicológica na organização do trabalho modernizador, investia nas formas de relação entre espaço de trabalho e indivíduo. Para o plano de desenvolvimento do País, foi necessário que pessoas estivessem trabalhando para que isso. No conjunto da iniciativa privada,

“o Instituto de Desenvolvimento Racional do Trabalho – Idort teve papel de fundamental importância no desenvolvimento da Psicologia Aplicada à Organização do Trabalho, tendo seu alicerce em São Paulo, palco principal do processo de industrialização e fonte das idéias de modernização da administração, para as quais o conhecimento psicológico trouxe grandes contribuições” (ANTUNES, 2006:90).

Uma característica do desenvolvimento racional do trabalho que Gil (2012) relembra ao falar do processo de industrialização, é que este “exigia mais do que aprendizagem e produção. Era preciso associar os novos métodos a comportamentos e ritmos de vida, mostrando que a qualificação dos operários não era a única necessidade da indústria, embora fosse fundamental” (p. 53).

Paralelamente, a Universidade Católica de São Paulo criada em 1946 e um ano depois elevada à condição de Pontifícia, teve no Instituto de Psicologia Experimental e Educacional criado em 1950 que mais tarde mudaria seu nome para Instituto de Psicologia da PUC (Ippuc), o professor italiano Enzo Azzi (que participou do debate para a regulamentação da profissão), que fora enviado para instalar o novo instituto ficou responsável dos cuidados do laboratório de Psicologia. Como contam Azevedo e Guedes (2011), o laboratório fora trazido da Itália e tinha como nome “Laboratório de Psicologia Experimental” com a finalidade de produção de pesquisa em “psicofísica, psicofisiologia e psicometria (...). Ao se instalar, o instituto apresentava uma organização que refletia um projeto voltado à educação, mas, também, o forte vínculo que a Psicologia mantinha à época com a Medicina. (AZEVEDO; GUEDES, 2011:308). A junção dos cursos da faculdade de Filosofia São Bento e do Instituto *Sedes Sapientiae*, formariam a Faculdade de Psicologia da PUCSP no ano de reconhecimento da profissão em 1962.

A Sociedade de Psicologia de São Paulo, fundada em 1945, por Annita de Castilho e Marcondes Cabral, conforme Angelini (2011), manteve desde sua fundação uma orientação pluralista no tocante aos modelos ou escolas psicológicas, isto é, abriga quaisquer contribuições de valor, quer sejam trabalhos teóricos, quer sejam resultantes de experimentos de laboratório, de pesquisas de campo ou de aplicações práticas da psicologia (p.57).

A Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, era formado por grupos de estudos a partir do grupo psicanalítico de São Paulo, posteriormente, discutiu-se o reconhecimento oficial da Sociedade, onde cursos de especialização começaram a ser ofertados. Nos anos 1950, seus membros eram na grande maioria oriunda do meio médico, psiquiatras que vivenciavam experiências clínicas de tratamento de patologias em instituições públicas e privadas (OLIVEIRA; MASSI, 2011). Como a psicanálise era comum entre médicos e psiquiatras ela se tornou frequente nesse meio, mais tarde porém a Psicanálise vai passar pela Psicologia até chegar num fazer distinto, constrói seu próprio campo “psicanalítico”.

Podemos dizer o mesmo do campo clínico, este foi se ampliando de modo tão significativo, que se tornou área própria, com cursos de pós-graduação e especialização. No estudo de Bastos e Gomide (1989) após 20 anos de regulamentação de profissão, a atuação dos psicólogos está locada em maior número na área clínica, salvo aqueles que, além de trabalharem com clínica atuavam nas áreas escolar, comunitária, organizacional ou docência.

A pesquisa contribuía para a produção do conhecimento, dava-se importância à elaboração de materiais pois as traduções e obras de referências demoravam para serem traduzidas. Tanto quanto a pesquisa, a Psicologia clínica interessava aos profissionais.

“(…) Com a II Guerra Mundial assistiu-se a consolidação e o expressivo crescimento da psicologia clínica e, por conseguinte, a organização de programas para a formação na área. Ao discutirem possibilidades curriculares para a nova formação, psicólogos americanos ressaltaram a importância de preservar a capacitação em pesquisa, por se tratar da principal característica da atividade do psicólogo. Aliás, essa mesma preocupação esteve presente na proposição do currículo mínimo para os cursos de Psicologia em 1962. Mesmo na década de 1950, quando a clínica afirmava-se como a área de maior interesse, a pesquisa continuava desempenhando o seu papel de investigação, avaliação e criação, na disputa entre psicoterapias” (GOMES, 2003).

Além da adaptação de estudos do estrangeiro para a realidade brasileira, pesquisadores que iam ao exterior voltavam e aplicavam o conhecimento adquirido nos seus locais de trabalho. A pesquisa aparece como um importante aliado no desenvolvimento da psicologia brasileira, principalmente, a pesquisa experimental realizada nos laboratórios de institutos.

A classe psicológica, acompanhando a disseminação da comunicação no período, voltou-se à divulgação do trabalho em periódicos e revistas como *Ciência e Cultura*, publicado em 1950 pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) um ano após sua fundação; *Boletim de Psicologia*, destinado à trabalhos na área, divulgação de notícias, conferências, resenhas e textos de encontros, organizado pela Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP) com edições publicadas ininterruptamente até os dias atuais; *Revista de Psicologia Normal e Patológica* organizado pela PUCSP; *Boletim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP-Psicologia* e o *Jornal Brasileiro de Psicologia* da USP.

Como se percebe, a Psicologia foi uma atividade com presença no desenvolvimento do Brasil moderno. A divulgação dos materiais produzidos, incentivou as práticas psicológicas. Além disso, mostrou que se tratava de um tipo de trabalho que interessava à uma parcela da sociedade brasileira no período.

Contudo, como evitar que quaisquer práticas fossem consideradas psicológicas? Com a agitação que se criou sobre o tipo de trabalho que executava o psicólogo, foi necessário um plano que pudesse preservar sua atuação. Assim, o movimento de transformar a psicologia numa área específica deu origem ao debate de regulamentação da profissão. As divergências foram muitas, no entanto, todas elas compartilham a idiosincrasia de instalar um modelo de instrução e formação do profissional com conformidade ao que se fazia no estrangeiro.

Por esse motivo, nos interrogamos por qual razão a Psicologia ocultou uma importante questão quando se trata de construir uma profissão: qual o profissional que queremos para a realidade vivida? As propostas e ideias acabavam tratando de questões que tinham relação com o próprio tipo de trabalho que o profissional estava. Entretanto, isso não desqualifica o que se passou. Acreditamos que ajuda a mostrar, inclusive, a influência que o pensamento homogêneo de sociedade predominou no cenário.

Para compreender o que foi esse movimento que levou à tentativa de se fazer valer uma profissão, parte-se das ideias quanto o trabalho do psicólogo e de que modo este deve ser preparado para suas competências, questão determinante para se pensar qual a visão de homem, sociedade e ciência do profissional na Psicologia num momento de mudanças.

2.4 A PSICOLOGIA NAS PROPOSTAS DE FORMAÇÃO RUMO À REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

As práticas psicológicas no cenário brasileiro eram comuns mesmo antes desta prática ser do tipo profissional-psicológica. Eram vários os profissionais que se interessavam pelo conhecimento

elaborado sob os cuidados da Psicologia, porém, as atividades não eram regulamentadas de competências específicas de um profissional, tratava-se de um ofício ou ocupação. Lidava-se com um conhecimento que tinha lugar no cenário brasileiro, o fluxo histórico vigente demandou práticas que tratavam do psicológico. Exemplo disso, é a forma pela qual este saber era solicitado nos vários órgãos que foram criados à época com fins próprios ao projeto de sociedade que estava sendo desenvolvido.

O mercado brasileiro interessava a Psicologia e a valorização da mão de obra qualificado num momento que a reformulação do trabalho, modificou-se a relação com os meios de produção, a organização social e o ritmo das construções humanas. Como a profissão não era reconhecida, as atividades realizadas em Psicologia foram conseguindo lugar no contexto brasileiro, basicamente, com a “lei da oferta e procura” até se tornar interesse do mercado como um tipo de atividade regulada.

A marcante presença da Psicologia como disciplina nos cursos universitários não deve ser esquecida. A produção de pesquisa e divulgação das teorias teve influência para a construção das práticas psicológicas. Vale lembrar que, a regulamentação da Psicologia no Brasil quando comparada com outros países, é um episódio muito particular. No ano de 1962, um mês antes da profissão ser regulamentada, um encontro realizado em La Napoule na França (ANGELINI, 1964/1965) reuniu profissionais de 20 países do mundo. Descobriu-se que em 17 países não existiam qualquer tipo de legislação ou proteção ou estatuto para a classe profissional. O Brasil é o único país, dentro os representados na conferência, a possuir uma lei de âmbito nacional regulamentando a profissão, pois nos demais este é parcial ou local. Percebe-se ainda, que em muitos países a formação básica não certifica o título de psicólogo, tornando necessário a realização de cursos de pós-graduação.

Podemos perceber que a prática psicológica traçou um caminho profuso com a demanda social por esse tipo de trabalho. Quem sabe seja esse o motivo que Cândido e Massimi (2012), entre

outros teóricos que discutem a profissão psicológica, comentarem que o reconhecimento legal em 1962 não significou o começo da Psicologia no Brasil. Essa condição mostra que a presença do saber psicológico se dava, principalmente, nas práticas realizadas. Os cursos universitários tiveram mérito na produção do conhecimento psicológico e discussão das perspectivas de trabalho, no entanto, este conhecimento não refrescaria atuação nenhuma se não fosse sua razão prática, objetiva, intencional, planejada. A pesquisa era fundamental para a produção do aporte teórico, porém, foi com a difusão das práticas em espaços que o profissional desenvolvia sua atuação que se percebeu tratar de uma atividade que tinha contribuição para a construção social.

A proposta de formação de um psicologista feita pela Associação Brasileira de Psicotécnica, aponta que era recorrente encontrar o uso do trabalho psicotécnico no País num cenário de reinvenções com base na produção industrial. Na função de auxiliar, o psicologista seria incumbido de tarefas de psicotécnica escolar, organizacional e clínica. Por sua função suplementar, podemos supor que seu trabalho seria de complementar o trabalho de outros profissionais caso fosse preciso ou caso desejassem. Muitos profissionais que se opunham a essa ideia de profissão, passam a criar o movimento de debate para a formação do psicólogo.

Conforme bibliografia consultada, as informações em Jacó-Vilela (1999, 2001) e Penna (2001), mostram que o professor Eliezer Schneider participou do ISOP e trabalhou junto aos psicologistas nesse período e, acompanhando o movimento para regulamentação da profissão elaborou uma proposta de currículo⁸ que divergia do currículo psicotécnico.

Sabe-se que Eliezer Schneider aproximou-se da Psicologia, no fim da década de 1930, quando de sua formação na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. Foi nas disciplinas de Direito Penal e Medicina Legal que se interessou pela prática psicológica, principalmente, sobre questões que envolvem a personalidade do criminoso, o papel da punição no sistema penitenciário e a relação delinquência e sistema penal. A procura por respostas sobre os

⁸ Disponível como anexo 1 no fim deste trabalho.

efeitos da criminalidade na constituição do indivíduo o levou até a Psicologia.

O ingresso de Schneider na Psicologia, efetivamente,

“surge através de um concurso do DASP⁹, em 1941, para “Técnico de Assuntos Educacionais”, o que lhe possibilita ingressar no Instituto de Psicologia - então um órgão suplementar da Universidade do Brasil, atual UFRJ - e dedicar-se às atividades de “psicologista”, sob a orientação de Jayme Grabois, à época diretor do órgão” (JACÓ-VILELA, 1999, p. 334).

Como Schneider interessava-se em atividades além das realizadas no DASP, estas eram na sua grande maioria aplicação de testes, decidiu fazer um mestrado na Universidade de Iowa (EUA), com a tese sobre teorias emergentistas da personalidade. Sob a orientação de Gustav Bergman, resolveu estudar o “homem em sociedade, as múltiplas influências dos fatores culturais, econômicos, políticos, históricos” (JACÓ-VILELA, 2001, p. 14).

No fim da década de 1940 retornou ao Brasil e tornou-se assistente da cadeira de Psicologia do Curso de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFil-RJ) e psicotécnico no Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV). Como não havia curso próprio e específico de Psicologia, Schneider (1999) conta que, os interessados no assunto reuniam-se e formavam um plano de estudos para conhecer mais sobre a chamada Psicologia, que inspirava muitos a cursarem a disciplina.

Como o saber psicológico era novidade, a produção teórica nacional estava ainda nos seus primórdios e as obras traduzidas do estrangeiro chegavam pouco a pouco, o aparecimento do ISOP disseminou sobre os estudos psicotécnicos. O trabalho relacionado aos exames psicológicos, testes de inteligência, avaliação da personalidade e conduta tiveram forte marca no cenário nacional. Esse foi o período no qual, autores como Pasquali e Alchieri (2001) apontam como a cristalização e popularização dos instrumentos de medida.

O professor Eliezer Schneider, porém, decidiu não compartilhar da agitação dos inventários

⁹ Departamento de Administração do Serviço Público, órgão criado à época da centralização promovida pelo governo Vargas. É, atualmente, o Ministério de Administração e Reforma do Estado.

e testes de avaliação psicológica, pois tentou retornar aos EUA para fazer seu doutorado. Entretanto, o pedido lhe foi negado. Jacó-Vilela (1999) e Penna (2001) contam que Schneider participara da Juventude Comunista e de movimentos antifascistas e a alcunha de *persona non grata* fora lhe atribuída pelo Departamento de Estado americano. Este seria um dos motivos que Penna (2001) conta que Schneider decidiu ir para Porto Alegre, onde se dedicou à docência na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, além de desempenhar tarefas de seleção e orientação profissional no Departamento de Estradas de Rodagem.

Logo voltou ao Rio de Janeiro para reintegrar o Instituto de Psicologia e designado para trabalhar no Manicômio Judiciário na preparação de exame pericial psiquiátrico. Penna (2001) conta que se Schneider não tivesse se afastado do ISOP, por certo seria o sucessor de Mira y Lopez na direção do ISOP, quando este faleceu em 1964, já que era o mais qualificado. Seu retorno se daria somente em 1970, para integrar a comissão de planejamento de uma pós-graduação na instituição.

Cabe notar que, do primeiro momento no ISOP, Schneider sai no mesmo ano no qual fora encaminhado o anteprojeto de lei para regulamentar a profissão de psicologista. O motivo que o levou a deixar o cargo é desconhecido. Podemos imaginar que por ter percebido que lá não era o seu lugar, já que desde sua formação em Direito tinha curiosidade em saber sobre questões que vão além da psicotécnica, decide sair do instituto. É certo que se Schneider tinha interesse em estudar o sistema penal e o indivíduo, pouco encontraria nos testes psicotécnicos que desconsideravam a subjetividade e vida social. Ademais, a participação no movimento para regulamentação da profissão com posição contrária dos psicologistas mostra, inclusive, que Schneider tinha um posicionamento sobre formação e práticas psicológicas.

Em relação à formação do psicólogo, Schneider foi pioneiro na defesa da Psicologia Jurídica como disciplina curricular e como especialização. Sá (2001) lembra que uma dimensão importante da formação profissional para o professor Schneider, constitui-se no estudo das condições sociais,

históricas e culturais de atualização dos processos psicológicos (p. 42). Como acreditava que os resultados das análises experimentais de laboratório não eram suficientes, mesmo que concedesse uma legítima importância, via nos fatos da vida cotidiana, extraídos do noticiário corrente, nas referências de filmes e nas suas experiências pessoais, oportunidades de se compreender questões acadêmicas. Assim como Krüger (2001) que fala que os modelos experimentais eram aceitos por Schneider, mas ele acrescentava, criticamente, que conforme o problema a ser pesquisado, devessem ser implementados em situações ou ambientes naturais e não em laboratórios de Psicologia (2001, p. 68).

Nos anos 1960, especificamente a partir de 1964, Schneider se aproxima da Psicologia Social e torna-se professor responsável por esta disciplina em cursos de graduação no Rio de Janeiro e produz estudos na área. Para Eliezer Schneider, caberia à Psicologia Social investigar a conduta humana como processos relacionais, revelar a influência de variáveis da personalidade, cognição, afetividade e influência social. Era necessário que se estudasse tais casos em constante mudança, “requerendo-se por conseguinte um contínuo processo de aprendizagem, a fim de alcançar os níveis de adaptação e de ajustamento necessários à nossa sobrevivência” (KRÜGER, 2001, p. 67).

No tocante das responsabilidades sociais dos psicólogos, a proposta de Schneider enfatiza a necessidade de um período adicional de estudo especializado em Psicologia que fosse além dos cursos de graduação, para uma formação técnica e científica complementar aos futuros profissionais da Psicologia. Sua proposta de formação fora publicada no Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil em 1949.

A proposta curricular deste professor, mostra uma relação de disciplinas na qual a disciplina de Psicologia Social aparece em dois momentos, um primeiro introdutório logo no início do curso, junto de disciplinas de fisiologia e psicologia experimental e, no terceiro ano como disciplina geral ao lado da Psicologia Clínica, Psicometria. No último ano do curso, existe a aproximação de

disciplinas como Psicotécnica, Psicologia Patológica e Psicologia Educacional, além de uma disciplina que leva o nome de Psicologia Sistemática, esta é desconhecida para nós e há pouco material que trata dela, seria uma psicologia com base no pensamento sistêmico distinto dos enfoques filosóficos, científico, empírico ou experimental?

Uma posição diferente aparece com Arrigo Angelini, psicólogo que trabalhou como Diretor do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, sem uma proposta definida mas com participação no movimento pela regulamentação. Seu trabalho é na maior parte de aplicação de testes e tradução dos mesmos, era comum resenhas sobre o trabalho de Angelini, inclusive, nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica.

Witter (1998) conta que, Angelini se empenhou em atividades de pesquisa, elaboração, aplicação e aferição de testes psicológicos destinados à seleção de aprendizes artífices para os cursos profissionais mantidos pelas várias estradas de ferro do Estado de São Paulo. Difundiu testes psicológicos, com o trabalho de tradução, adaptação e interpretação de testes de Habilidades Primárias de Thurstone e também o Inventário de Interesses Profissionais. Arrigo Angelini foi Membro da Sociedade de Psicologia de São Paulo e envolveu-se com a discussão para a regulamentação da profissão, da constituição e implantação do Conselho Federal de Psicologia e dos primeiros Conselhos Regionais nos anos 1970.

Foi professor de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e atuou no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, na aplicação de testes de inteligência e aptidões. A maior parte de seu trabalho, inclusive, está focado na área de psicometria, como na tradução e adaptação de testes psicológicos.

Sobre sua participação no movimento pela regulamentação, Angelini relembra:

“(…) No que se refere às funções, discutia-se como deveria ser designado o profissional: psicólogo, psicologista ou psicotécnico, e quais seriam as áreas de atuação desse profissional. Houve até quem tenha chegado a pensar na possibilidade da criação de duas categorias de profissionais: a do psicólogo e a do auxiliar de psicólogo; o primeiro cuidaria da teoria e dos aspectos mais complexos da profissão, e o segundo, subordinado ao primeiro, da parte prática” (Conselho Federal de Psicologia, 2012:319-320).

Quando pensado sobre o curso de Psicologia, a preocupação em formar um profissional capaz de desenvolver atitude científica para orientar uma visão crítica da problemática brasileira, é discutido nos vários campos da Psicologia a formação experimental que habilite o aluno para analisar e conduzir pesquisas e a tomada de consciência da função do psicólogo dentro das conjecturas psico-sociológicas nacionais e internacionais, prepará-lo teórica e praticamente para influir nos destinos da evolução cultural brasileira e no bem estar da humanidade (ANGELINI; CRISTINA, 1964/1965:42). Para isso considerou incluir a Sociologia, Psicologia da aprendizagem, Psicologia diferencial, Psicologia do excepcional e as técnicas de exame psicológico.

Arrigo Angelini (1964/1965) lembra que era necessário a organização de seminários, aulas práticas acompanhada das teóricas, e, especialmente uma pesquisa monográfica para aquele que quisesse tornar-se profissional reconhecido. A discussão girou, também, com foco nas questões como duração do curso, quantidade de disciplinas teóricas, a prática de experimentos em laboratórios e a realização dos estágios em clínicas modelo.

Angelini propõe que o candidato ao curso deveria, antes de tudo, ser portador de uma cultura geral, sem o qual será impossível o acesso a qualquer curso de nível universitário, com domínio das línguas francesa e inglesa, indispensáveis para o contato direto com as fontes. Isso nos leva a pensar se tal exigência para o pretendente à profissão, se tornariam barreiras para o acesso à psicologia. Como se discutiu nessa pesquisa, a educação é um assunto que esteve muito presente nos anos 1950 – a Psicologia, inclusive, teve forte destaque com o trabalho dos psicólogos da educação – numa realidade que grande parte da população não tinha instrução e muitos não completavam o segundo grau, língua estrangeira nos parece confuso. A escolarização é uma questão fundamental para que se tenham pessoas capazes de aprender e difundir o saber psicológico com esse tipo de trabalho, no entanto, no cenário brasileiro a elite é quem podia usufruir do ensino de línguas estrangeiras, estabelecer o domínio de línguas estrangeiras na primeira etapa da formação do profissional nos parece favorecer a Psicologia como profissão de prestígio como acontece com a Medicina, ainda

que na condição de um processo diferente mas com base identitária similar.

Já na posição de Annita Cabral, o profissional deveria ser formado como o modelo americano, um pesquisador da Psicologia. A ideia da psicóloga era de transformar a Psicologia uma área específica, exemplo disto é a tentativa de fazer a cadeira de Psicologia da seção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), num Curso próprio. Ramozzi-Chiarottino (2001), comenta que na posição de Annita Cabral a criação de um Curso de Psicologia (autônomo) era não só necessária, como urgente.

“Em 1953, a professora Annita de Castilho e Marcondes Cabral, contratada para reger a Cátedra de Psicologia no Curso de Filosofia da FFCL, propôs à Congregação da Faculdade a criação de um curso de graduação em Psicologia, o qual foi finalmente criado pelo Decreto Estadual n. 3.862, de 28.5.1957. Com a duração de três anos, esse Curso conferia aos que o concluíam o diploma de Bacharel em Psicologia, pois era de caráter predominantemente teórico e acadêmico e nenhum direito de natureza profissional outorgava ao diplomado a não ser quem optasse por mais um ano de estudos de disciplinas de natureza pedagógica, para a obtenção do diploma de Licenciatura, com direito, então, ao exercício do magistério secundário” (OTTA et al, 2011:35)

A história de Annita Cabral com a FFCL da USP, entretanto, começa em 1936 quando de seu início no curso. Formou-se em 1938, e, logo em seguida, (BAPTISTA, 2004) foi convidada para ser assistente-adjunta das cátedras de Sociologia de Roger e Paul Arbousse Bastide, e também para dirigir o Centro de Ciências Sociais fundado por estes professores. Sabe-se que, desde sua fundação em 1934, a Universidade de São Paulo já possuía a disciplina de Psicologia no Curso de Filosofia e no de Pedagogia (SÁ, 2012). Annita Cabral aproximou-se dos professores sendo convidada para ser assistente da Cadeira de Psicologia, ao lado de Jean Maugué (1935-1944) e mais tarde Otto Klineberg (1945-1947). É, aliás, com a saída desde último, que Annita Cabral assumiria a disciplina em 1947 até 1968.

Como muitos que foram para o estrangeiro aprofundar seus estudos, Annita Cabral foi para os Estados Unidos para especializar-se no Smith College. Lá, realizou seu mestrado com professores gestaltistas e tornou-se membro da American Psychological Association em 1943. Quando de seu retorno ao Brasil, sentiu a falta de produção científica e viu que a convergência entre

as psicologias importadas de diferentes origens, era referência para o projeto de formação da Psicologia brasileira.

Além de participar da fundação da Sociedade de Psicologia de São Paulo em 1945 e do movimento para regulamentação da profissão, deu importância à criação um órgão que pudesse agregar os cuidados necessários dos interesses dos profissionais. Por isso, no ano de 1954 é fundado a Associação Brasileira de Psicólogos, com a intenção de aproximar os profissionais num mesmo centro representativo de âmbito nacional. A intenção da Associação era de organizar, principalmente, aqueles eram oposição à ideia de um profissional psicologista (BAPTISTA, 2004; MORAIS, 1999).

Conforme Baptista (2004), a questão maior, além de uma nova profissão, era levantada pelos membros da Associação que preocupavam-se em saber qual o lugar da Psicologia junto à demais ciências no século XX. Para isso era tarefa que descobrir o objeto e aprofundar o saber psicológico. Assim, a apresentação do projeto para a criação do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo, escrito originalmente por Annita Cabral para a revista *Ciência e Cultura* em 1953 define: “o psicologista (entendido como o profissional da Psicologia) não deve ser um simples técnico, nem cientista, mas há de ter como centro de gravidade o humano, na indissociável unidade dos aspectos da personalidade individual e do meio social” (CABRAL, 1953, p. 43).

Na sua concepção, a formação em Psicologia deve criar o entrosamento entre teoria e prática, ação mediante fatos bem observados e o treino experimental, para que o profissional possa exercer de modo consistente seu trabalho. Para Annita Cabral a formação de psicólogos deve considerar um preparo teórico, experimental e prático, de modo que estes aspectos se encontram numa relação de interdependência. Logo, não compete ao profissional ser um simples técnico no qual executa tarefas, tampouco, um cientista que busca a verdade até o infinito de maneira inacabada.

“Para Annita Cabral, os pensamentos francês e norte-americano foram fundamentais na constituição de uma psicologia que poderia ser, ao mesmo tempo, fiel ao método científico e construída sobre sólida base filosófica, representando a convergência do pensamento crítico e da investigação empírica” (SÁ, 2012:88).

Segundo Ramozzi-Chiarottino (2001), Annita Cabral via a habilidade técnica e a investigação científica indispensáveis para uma atuação significativa, sem perder de vista os aspectos relacionados à personalidade individual e a construção do meio social. Como preparação ao trabalho, a pesquisa serviria como projeto de estudo no qual os profissionais são responsáveis do planejamento à finalização, produzindo a relação teoria e prática. A comunicação entre o trabalho teórico e o trabalho prático, tinha como finalidade a apropriação de habilidades técnicas. Desse modo, nos parece que a intenção de Annita Cabral lida com a formação de um profissional, mas também de um pesquisador, a construção de um plano e roteiro de pesquisa, com vistas a um estudo teórico-prático resultando na produção do conhecimento, para que o profissional em formação aprenda as competências sobre a prática psicológica.

Ramozzi-Chiarottino (2001) diz que, Annita Cabral via no laboratório uma obrigação de ensino teórico-experimental com estágios em conexão com problemas teóricos e essa formação deve ser realizada na universidade. Para isso, produção de pesquisa torna-se imprescindível, junto ao trabalho de laboratório e serviços especializados. Só que para que isso fosse possível, a Psicologia deveria possuir seu Curso próprio, autônomo e específico, não como complemento curricular em outras áreas como vinha ocorrendo.

Para Ramozzi-Chiarottino (2001), quase todo o pensamento teórico de Annita Cabral está contido em seus trabalhos ao relacionar a experimentação e a teoria. Resgata que “a ciência só é possível quando se dá o salto da descrição para a explicação” (2001, p. 24-26). Os dados que são aprendidos de imediato são válidos enquanto informação descritiva dos processos psicológicos, mas a explicação do fenômeno é o que permite conhecê-lo. Do mesmo modo, acreditava que entre o método experimental e a teoria, não há contradição. A relação teoria e prática aparece como uma preocupação na proposta de Annita Cabral, tanto que, na apresentação feita por ela na realização do

I Congresso Brasileiro de Psicologia em Curitiba no ano de 1953¹⁰, a proposta do Curso de Psicologia tinha duração de 4 anos e contava com disciplinas teóricas e práticas de laboratório do primeiro ao último ano. Não há detalhes sobre o cronograma de atividades, sabe-se apenas que o curso era dividido entre curso experimental introdutório e curso adiantado.

A proposta curricular de Annita Cabral é composta tanto por disciplinas gerais (Biologia, Fisiologia), quanto por outras muito específicas (Psicologia do Desenvolvimento: infância e adolescência no primeiro ano, com 2 aulas teóricas e 2 aulas práticas semanalmente - maturidade e velhice no segundo, organizada no mesmo modo). Essa divisão de aulas teóricas e práticas, marca a proposta de Annita Cabral, ao longo de todo o curso há disciplinas que ocorrem dessa maneira, com atividade de laboratório e atividade prática. No término da formação era necessário realizar um estágio no campo da Psicologia Clínica ou Psicotécnica. Como se percebe, a posição de Annita Cabral diverge da ideia de um psicologista, porém, não afasta o critério do trabalho técnico com disciplinas relacionadas à psicotécnica. Entre elas estavam a Psicometria, Psicotécnica Geral, Psicologia Industrial.

Uma proposta diferente aparece na posição de Célia Sodré Dória (Madre Cristina). Sua ideia de formação volta-se à outra questão desse processo. Nascida em 1916 na cidade de Jaboticabal (próximo à Ribeirão Preto), mudou-se para a capital paulista em 1937, onde inicia o curso de Pedagogia e Filosofia no Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae. A *Sedes* não foi sua única escolha, pois se inscreveu, também na USP, mas decidiu pelo Sedes Sapientiae e lá concluiu dois cursos superiores: Pedagogia com complemento em Filosofia em 1938 a 1940 e o Curso Superior de Religião de 1943 a 1945. (BAPTISTA, 2001).

No início da década de 1940, torna-se Madre após votos feitos junto à congregação religiosa das Cônegas de Santo Agostinho – mantenedora do *Sedes*¹¹ –, e passa a ser reconhecida como

¹⁰ Essa proposta encontra-se no final deste trabalho no anexo 2.

¹¹ No ano de 1968, ocorre a integração da Faculdade *Sedes Sapientiae* à PUCSP. A principal razão, está na proposta de reforma universitária pelo governo brasileiro e a repressão da ditadura militar, de modo que a existência de faculdades isoladas torna-se difícil.

Madre Cristina. Após se formar, começa a lecionar como professora de Psicologia Pedagógica no curso de Pedagogia em 1941, e tenta transformar este mesmo o curso, num curso de Psicologia, com cadeiras de personalidade, social, diferencial, testes, diagnósticos.

Antunes (2004) diz que, essa tentativa de um curso de Psicologia na FFCL do *Sedes Sapientiae*, acarretou na instalação da clínica psicológica em 1953. Foi com essa tentativa que foi “criado um curso de especialização em Psicologia Clínica, com duração de três anos, para graduados em Filosofia ou Pedagogia” (ANTUNES, 2004, p. 126). O curso tinha atenção para aspectos teóricos e aspectos práticos, Baptista (2001) conta que havia, inclusive, algumas semelhanças às do curso de Pedagogia, com currículo flexível e com a preocupação do “aprender fazendo” (2001, p. 44).

Para isso, organizava-se o atendimento de crianças com suporte de diferentes perspectivas psicológicas. A finalidade principal, estava na formação de profissionais capaz de lidar com redução de crianças-problemas, orientação psicopedagógico de pais e professores, reajustamento de desajustados emocionais sob orientação médico-psiquiátrica e aplicação de testes.

A disputa pelo termo clínico “psicoterapia” – vivido por muitos profissionais da época – acabou nos profissionais fazendo o uso reservado da palavra. Madre Cristina (1984) conta que procurava-se descaracterizar os nomes e por isso a palavra Psicoterapia, não aparecia nunca para não entrar em conflito com a terminologia médica. Essa situação se encerrou no último momento no qual se optou, definitivamente, pelo termo “problemas de ajustamento”. Uma análise cuidadosa ao termo substitutivo talvez fosse apropriado, considerando que muito das produções da época tinham influência estrangeira, não há como deixar de lado os efeitos que o termo traz consigo.

A lei que regulamentou a profissão deixou Madre Cristina insatisfeita, para ela a lei foi “malfeita” e a profissão do psicólogo deveria possuir uma definição jurídica, (BAPTISTA, 2001). Além disso, havia pouca discussão quanto a contribuição do psicólogo para o contexto que se discutia a regulamentação de suas práticas. Como conta em entrevista:

“esta psicologia ensinada estava mais voltada para os problemas pessoais, no máximo para uma microssociedade, no caso a família. Isso foi me preocupando muito, porque para mim o grande problema eram as injustiças, as diferenças de classes sociais. Então minha vontade era descobrir como o psicólogo poderia contribuir, dentro de sua profissão, para transformar a sociedade. Não sabíamos como a Psicologia poderia ajudar, mas sabíamos que podíamos formar psicólogos com preocupações políticas, que os levassem a atuar” (Madre Cristina, 1984, p. 42).

No entanto, Me. Cristina na companhia de Padre Benkö, outro psicólogo que participou dos debates, defende o conhecimento psicológico é que compreenderia o comportamento e a personalidade humana para o uso harmonioso da plenitude das forças humanas (BENKÖ, 1961). Ambos defendem o conhecimento psicológico como o entendimento da complexa relação do homem material com sua relação espiritual.

A ideia de profissional que me. Cristina expõe nos fazer pensar na sua perspectiva a prática psicológica, na qual relaciona religiosidade e transformação social. Conciliando a fé e a razão como na qual a própria trajetória de vida de me. Cristina está enraizada na formação da fé norteadora do pensamento científico na reflexão sobre a realidade. Se por um lado o pensamento racional permitiria conhecer a realidade, o pensamento religioso ofereceria maior compreensão do sentido do ser humano frente à existência. Como se sabe, a filosofia cristã vê essa questão como formas diferentes do conhecimento – não como formas opostas ou excludentes – e por esse motivo supomos que para me. Cristina a psicologia e religiosidade são formas mútuas complementares sobre o humano. Aqui temos uma prática psicológica com intenção de transformação social combinado à consciência espiritual. Contudo, vale lembrar que, o aspecto religioso não repercutiu na lei 4.119/62 que regulamenta a profissão.

Schmidt (1990) destaca que para me. Cristina, fazer psicologia é trabalhar para levar um conforto maior para os homens, tanto que a partir de 1960, participando dos eventos que marcam o País, empenha-se em associar processo político e saber psicológico. Ela assumia que “para fazer uma transformação da sociedade, para trazer ao mundo um outro modelo de sociedade, é preciso pessoas bem ajustadas (...). Nós tínhamos que formar psicólogos preocupados com o problema

social, preocupados com o outro” (p. 58).

A perspectiva de Padre Benkő aproxima-se das ideias de me. Cristina, no entanto, não chega a adotar a mesma premissa de relacionar trabalho e ação social. Nascido Antal Benkő na cidade de Paks na Hungria, entra para a Escola Superior dos Jesuítas Húngaros em 1941 e lá inicia sua licenciatura em Filosofia por seu interesse na área. Aqueles que tinham interesse em estudos mais aprofundados iam ao estrangeiro, no entanto, com a II Guerra Mundial ocorrendo as dificuldades eram grandes. No ano de 1946, com o término da guerra, vai a Roma concluir seus estudos e torna-se sacerdote pela Pontifícia Universidade Gregoriana em 1947. É de sua passagem por Roma que Benkő recebeu a orientação de estudar Psicologia. Muda-se para a Bélgica, conclui a licenciatura de 1949 a 1951 na Universidade Católica de Louvain e, mais tarde conclui também o seu doutorado. Por sugestão de seus superiores muda-se para o Brasil em 1954 para lecionar na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, em Nova Friburgo no Rio de Janeiro. Como Benkő tinha dificuldade com o idioma local, suas aulas eram ensinadas em diferentes línguas. Na disciplina de Antropologia Filosófica, a matéria era ensinada em latim e, na disciplina de Psicologia Experimental a predominância estava pelo francês.

Na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ) em 1953, um grupo de professores reúne-se e decide abrir um curso próprio, com a criação do Instituto de Psicologia Aplicada (IPA). No entanto, a disciplina de psicologia já era recorrente há mais de 10 anos nos cursos de Filosofia e Serviço Social. O curso fora criado por Hanns Lippmann e teve a participação de Nilton Campos, no corpo docente estavam médicos, filósofos e educadores.

“A Igreja Católica almejava, desde o início do século, um projeto universitário próprio. Visava dar à elite católica uma oportunidade de instruir seus herdeiros sob a fé cristã, evitar influências ideológicas contrárias às suas convicções, principalmente o marxismo, e catequizar as elites não católicas, oferecendo-lhes, ao lado de uma boa formação intelectual, uma formação moral sólida. Esperavam, com este empenho, contribuir para a instauração de uma sociedade alternativa à sociedade laico-positivista e racional que, no entendimento cristão, dominava a estrutura do Estado brasileiro desde a proclamação da República” (MANCEBO, 2004:64).

A criação do curso na PUCRJ germinou por décadas, mas não podemos deixar de pensar que a primeira ideia não tratava da criação de um curso na área de psicologia, especificamente. Contudo, foi nessa ocasião que o plano da Igreja Católica se realizou, com o encontro entre religião e psicologia. Interessados nas novas ideias positivistas, evolucionistas e materialistas que chegavam ao País, a elite intelectual brasileira se afastava progressivamente da doutrina religiosa (AGUIAR, 2011).

Em 1957 a responsabilidade da direção do IPA ficou para Pe. Benkö, que naquela altura já trabalhava como docente na PUCRJ, tinha interesse pela psicanálise e dava orientações e tratamento psicológico de base rogeriana, com a introdução da psicologia humanista no cenário dos anos 1950. Além disso, Benkö trabalhou no ISOP e fez parte do grupo de psicologistas, com aplicação de testes psicotécnicos. Cabe lembrar, inclusive, que na sua trajetória pessoal quando se formava na Universidade de Louvain, estudou sobre exames psicológicos e testes de avaliação de capacidades.

Para Benkö (1961), a Psicologia deve trabalhar para o entendimento da complexa relação do homem material com sua relação espiritual. A concepção espiritualista dá especial atenção ao cuidado na condição psicológica e valores espirituais para os quais o homem tende. Ao levantar as várias correntes psicológicas existentes à época, como a experimentalista, fenomenologia, existencialismo, behaviorismo, Pe. Benkö sugere que a psicologia brasileira devesse ser constituída como “psicologia científica espiritualista”. O entendimento sobre o humano psicológico-espiritual, aparece, muito próxima dessa ideia católica de uma vida que não enfrenta suas contradições mais fatais.

Para ele, a formação profissional do Psicólogo, pode ser analisada por dois caminhos: o empírico, no trato de ramos profissionais e o teórico, que trata dos aspectos da preparação profissional. Com preferência em discutir este último, para Benko (1964) o conceito de formação teórica não apresenta maiores dificuldades. A formação profissional designa preparação pelo qual o indivíduo adquire o domínio dos princípios fundamentais, técnicas e atitudes. Não trata de uma

aprendizagem mecânica ou de um saber abstrato, ao levarmos em conta que essa preparação exige o domínio de assuntos da área, o profissional em formação deve encontrar soluções concretas para casos determinados.

Porém, mesmo que exista a possibilidade de pensar e analisar as particularidades da formação do profissional psicólogo entre dois caminhos e ter preferência por um deles, definindo como “uma ampla e outra restrita” (BĚNKO, 1964), não há como separarmos cada um desses caminhos e discuti-los de maneira isolada. A formação profissional só faz sentido quando analisada em todas as suas instâncias, percebendo estas na relação entre fazeres que se complementam e só existem quando vistos em relação, a partir dessa relação que a produção do conhecimento se mantém em continuidade e a atividade psicológica consegue superação prática.

Pe. Benkő (1964) acreditava ainda que entre os saberes amplos e restritos, teriam como resultado profissões distintas. A ideia é “um cientista que investigaria a personalidade e analisaria as leis do comportamento, mas não o deveríamos chamar psicólogo. No momento em que entra em terreno aplicado, começa uma atividade profissional, torna-se “psicólogo” (1964:77). A probabilidade de que se criassem duas profissões parecia grande, já que esta ideia aparece também na proposta dos psicologistas.

Uma outra ideia de formação tem suas bases na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) com o médico italiano Enzo Azzi em 1950. Quando de sua chegada no Brasil, lecionou Psicologia Científica para alunos de Filosofia, Psicologia Geral e da Educação para Pedagogia e Serviço Social em colaboração com a FFCL de São Bento, no qual existiam cursos de Especialização em Psicologia Clínica e do Trabalho e em Orientação Educacional. Foi de Azzi a criação da Revista de Psicologia Normal e Patológica (RPNP), com intercâmbio com instituições nacionais e internacionais a partir do Ippuc/SP, além de participar das reuniões promovidas pela Sociedade de Psicologia de São Paulo que discute a questão da regulamentação e que se opunha ao projeto elaborado quanto à formação de psicologista.

Como lembra Baptista (2009), Enzo Azzi atinge o aspecto mais conflituoso da regulamentação da profissão: a questão da psicoterapia e do atendimento clínico, área que se configurava como exclusiva dos médicos, e, principalmente, psiquiatras. A classe médica defendeu, como já se fez claro neste trabalho, a *terapia* como uma atividade exclusiva da medicina. Para Azzi (1959) a Psicologia clínica teria três objetivos: a) didático, com ensino aos alunos dos cursos dessa área; b) prático, para orientação educacional, diagnósticos, psicoterapia individual e de grupo, exames médicos especializados (psiquiátricos, neurológicos); e c) a pesquisa científica.

Na análise de Guedes (2010), percebemos que a proposta de Azzi¹² tem forte presença da medicina, principalmente, na escolha de médicos para responder por muitas das disciplinas ditas psicológicas (Psicofisiologia, Psicologia Profunda, Psicopatologia). Além disso, no conjunto de disciplinas, Azzi propõe que os professores sejam pesquisadores. Podemos supor sua ideia de formação de um profissional lidaria com a produção do conhecimento.

Com a aprovação da lei 4.119/62, Azzi propôs um curso de Psicologia à PUCSP. A proposta publicada na íntegra na Revista de Psicologia Normal e Patológica (RPNP) mostrava que o curso seria realizado em tempo integral e com duração de seis anos, dividido em três títulos: Bacharel, Licenciado ou Psicólogo. A formação tinha como objetivo principal um ensino amplo e a introdução à pesquisa. No texto de Guedes (2010) descobre-se que para o bacharel deveria ser cumprido defesa pública de pesquisa experimental, o licenciado após retirar o diploma de bacharel assistiria a três disciplinas pedagógicas e o título de Psicólogo dividido em duas modalidades, Psicologia Clínica e Psicologia do Trabalho, poderia ser retirado após mais dois anos e defesa pública de pesquisa com a metodologia clínica ou experimental.

Ademais, para Azzi as diferentes perspectivas teóricas podiam ser classificadas em subjetivas e objetivas, como declara:

¹² Entre todos currículos analisados e disponibilizados neste trabalho, a descrição detalhada de horas de aula de cada disciplina que compõe o programa de atividades na proposta de Azzi (anexo 3) é material precioso que está publicado no artigo de Guedes (2010).

“Quem olhar, de fato, panoramicamente, para a psicologia moderna e contemporânea, verificará uma grandíssima profusão de escolas, tendências e posições, que podemos classificar (...) as duas grandes correntes: psicológicas subjetivas e psicológicas objetivas, conforme considerarem respectivamente os processos internos (fatos da consciência) ou as reações externas (comportamento como o caminho para o conhecimento da vida psíquica do homem)” (AZZI, 1952:65).

Sobre o empenho da psicologia em conseguir espaço entre as demais ciências, para o seu reconhecimento teórico-prático, faz a crítica sobre o quanto a psicologia “deseja determinar seus objetivos segundo o modelo das outras ciências, ao invés de os adaptar à natureza própria dos fenômenos que ela estuda” (AZZI, 1964/1965).

Azzi levanta aspectos importantes da formação, a relação ensino – prática – pesquisa, constitui três níveis do conhecimento que problematizam e articulam o componente ativo do fazer profissional. No entanto, a conotação médica de sua proposta acaba inserindo o psicólogo num processo formativo no qual a prevalência está nas práticas terapêuticas.

Do mesmo modo, a ideia de Annita Cabral exprime que o profissional deveria se formar pesquisador, com domínio da relação teoria – experimentação – prática, com o homem no centro da investigação e indissociável do meio social. A proposta de Annita Cabral, quando aponta para a relação homem-sociedade, enfatizando a produção teórico-prática além da sala e dos espaços convencionais de atuação, aproxima-se de Eliezer Schneider. Contudo, na posição de Schneider, o profissional deve perceber os fenômenos em mudança, o que dá um novo sentido para pensar a própria formação psicológica, se considerarmos que esta deve ser também mudança, movimento, transformação.

A promulgação da Lei 4.119/62 pelo trabalho dos psicólogos paulistas, teve como resultado do debate, o Parecer n.403/62 do CFE, no qual se fixou o currículo de Psicologia visando direitos do exercício profissional, o caráter científico dos estudos realizados e a posição de relevo que lhe cabe no concerto das chamadas profissões liberais e, *pari passu*, evitar as impreviões que, do charlatanismo a levariam, fatalmente ao descrédito (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1962). Como também, determina os cursos com duração de quatro anos para os níveis de

bacharelado e licenciatura, e de cinco anos para a formação de psicólogo, sendo exigido, neste último, treinamento prático em estágios supervisionados (YAMAMOTO et al, 2012).

O conjunto de disciplinas específicas para a preparação do psicólogo envolve conhecimentos que são instrumentais como a fisiologia para compreensão do comportamento humano e animal, estatística que lida com o aspecto de pesquisa e aplicação. As disciplinas que servem de sustentação para a formação profissional são Psicologia Geral e Experimental, como análise dos processos fundamentais do comportamento (cognição, motivação e aprendizagem); Psicologia da Personalidade como lugar que concentra os estudos na área; Psicologia Social para se compreender a relação indivíduo-meio, visto que, o ajustamento é função do contexto; Psicopatologia Geral para apreender os distúrbios e as dificuldades dos processos de ajustamento. A parte que trata da formação do psicólogo no documento, ressalta as necessidades do meio e as possibilidades cabíveis nas atividades em escola, empresas, clínicas.

O trabalho do psicólogo mesmo com a garantia da autonomia, tem maior repercussão sobre a sua característica de um profissional liberal. O termo “ajuste” tem, entretanto, um duplo sentido. Por um lado, uma certa quantidade do trabalho do psicólogo corresponde a uma padronização comportamental (conduta, emoção, percepção) e existe um sentido no qual o psicológico se torna ideologizado e permanece imóvel ou ajustado pela imposição de normas sociais, porém, essa questão mereceria um espaço único para discussão, o que nos mostra ser necessário a continuação sobre essa temática para pesquisas futuras.

Por outro lado, “ajuste” lida com a organização de novas formas de trabalho, recursos da mão-de-obra qualificada e acordos institucionais, que exigem adequação a um modelo de operação da força de trabalho (com todas as questões que o processo de industrialização levantou), que instala uma dinâmica produtiva desejada. O termo aparece num período histórico no qual ditava um projeto modernizador, as mudanças sociais demandaram mudanças individuais e o ajustamento do indivíduo para uma realidade complexa do desenvolvimento brasileiro.

3 CONTEXTO HISTÓRICO-CRÍTICO DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Um posicionamento sobre a formação do psicólogo aparece já nos idos de 1920 com a ideia de Lev S. Vigotski para uma nova psicologia. Na sua concepção, as práticas psicológicas no contexto da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) eram insuficientes para tratar um momento histórico particular: a construção de um novo homem para uma nova sociedade. Os primórdios de uma sociedade que tinha como propósito a edificação do socialismo demandaram um homem social, histórico e transformador.

A construção da sociedade socialista soviética nas bases do marxismo-leninismo tinha como motor a democracia de condições de igualdade, diferente da democracia do capital (tanto quanto do feudalismo) no qual apenas uma parcela da população é privilegiada. Para isso, a sociedade socialista soviética deu um salto histórico ao passar do feudalismo para o socialismo. A teoria marxista da sociedade é chave nesse processo de transformação com a aplicação do materialismo histórico e dialético como caminho para pensar a relação sociedade e indivíduo, principalmente, a influência desempenhada pela organização social no desenvolvimento do homem.

O desenvolvimento do socialismo soviético mudou a condição ontológica e histórica do ser humano, a transição histórica da sociedade e da vida material atingem o comportamento e pensamento do homem. A ideia de Vigotski resgata exatamente esse movimento e correlaciona com a condição histórica psicológica do homem nesse processo. Para o materialismo dialético, o desenvolvimento psicológico do homem é compreendido em relação com o desenvolvimento histórico do próprio homem em sociedade. Essa proposição trata de um desafio para uma nova metodologia, novo processo reflexivo, nova Psicologia.

O filósofo húngaro Georges Politzer, acompanhando a transformação do leste europeu, viu no marxismo o estudo do indivíduo social, para isso percebeu que a Psicologia tinha de encarar o homem na sua totalidade, desde sua influência biológica até econômica e social. Com influência da psicanálise, como muitos da época que ficaram envolvidos com ela, Politzer resgata uma questão

primordial para o trabalho psicológico: conhecer a condição de vida cotidiana dos sujeitos através da experiência vivida pelo sujeito para conhecer a percepção que este tem da realidade.

É evidente que as ideias de Vigotski e Politzer não tratam de uma proposta de formação, tanto quanto não tratam de um curso institucionalizado, contudo, elas tratam da prática na qual a atividade do profissional é guiada por um plano teórico sobre o conhecimento psicológico. Essa condição é suficiente para analisarmos a concepção teórico-prático de homem psicológico para esses autores. Além disto, eles nos auxiliam na reflexão de uma psicologia transformadora para superação do individualismo e promoção do desenvolvimento crítico tanto sobre o homem quanto sobre o profissional que é também produto deste processo.

Cabe lembrar que, as condições de realidade na qual levantamos o debate é outra. O momento histórico é outro, o lugar é outro e o contexto tanto quanto. Porém, se pensarmos na formação do psicólogo, somos compelidos a pensar a que se dirige sua prática, a forma final que adota e, principalmente, qual o profissional que queremos. Para isso, uma série de reformulações são necessárias.

3.1 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO LESTE EUROPEU

A Rússia contava com uma população de 132 milhões de habitantes nos primórdios do século XX. Conforme Hobsbawm (2009), a nobreza estava organizada em 10% e concentrava o poder e a riqueza, e, do outro lado, constituía-se 90% da massa de camponeses servos, formada por povos de diversas etnias. Os comerciantes, o clero e funcionários do tsar¹³ não tinham grande peso nessa sociedade, dividida em classes tais como a nobreza, clero, camponeses.

O regime político existente era a monarquia absoluta e o tsar era quem detinha a administração dos recursos econômicos. A servidão fora abolida (em teoria) no final do século XIX,

¹³ O termo *czar* tem origem do termo latino *caesar*, título que os russos atribuíam ao imperador de Bizâncio e depois ao *khan* (chefe). Ivan o Terrível foi o primeiro soberano russo a se coroar czar. Nessa dissertação optamos pela escrita no português: *tsar*.

pois seu efeito não foi total, com a grande massa camponesa permanecendo na condição de miséria. A monarquia fora uma forma de organização política comum em vários países até o final do século XIX, sendo que na Rússia o regime permaneceu até 1917, quando a derrubada do poder monárquico-absolutista pelo movimento revolucionário soviético.

Uma primeira tentativa para destituir o poder do tsar aconteceria, entretanto, no início do século XX. Um evento em particular, pode ser considerado decisivo para que a revolta popular acontecesse de alguma forma, ainda que sem planejamento e organização concisa. No final de 1904, trabalhadores de uma usina decidiram escrever um documento reivindicando melhorias no trabalho que rejeitava, inclusive, militantes de partido político. No entanto, as reivindicações foram rejeitas pela direção da usina de São Petersburgo. Decidiu-se criar um manifesto com exigências como a liberdade de imprensa, direito de greve, instrução gratuita e obrigatória, diminuição da jornada de trabalho, salário justo. No início de 1905, milhares de trabalhadores e suas famílias que dirigiam-se ao Palácio de Inverno (local no qual o tsar reside durante essa estação do ano) foram brutalmente massacrados, metralhados à queima-roupa por culpa de um relatório no qual descreviam os problemas enfrentados e pediam melhores condições de vida.

Além disso, a guerra entre o Império Russo e o Império Japonês, ocorridos entre 1904-1905, era desaprovada pela população, que pedia a retirada das tropas russas do território japonês, para que a guerra tivesse seu fim. Não houve diálogo algum, greves e revoltas que se iniciaram, principalmente, pelo trágico evento no Palácio de Inverno. Com o fim da Guerra Russo-Japonesa em 1904-1905, a população caiu na miséria e a revolta estourou para cima do tsar Nicolau II. Como não havia organização bem clara e os objetivos a serem alcançados não estavam definidos, a situação se pulverizou (LÖWY, 2009).

O evento se alastrou até o campo, com a criação da União Camponesa, organizada sob princípios socialistas. O exército e a marinha em resposta ao ocorrido ordenou rebeliões como a

chamada do Encouraçado Potemkin¹⁴. Para manter as aparências, o governo abriu diálogo com as massas e apresentou concessões, contudo, revoltas continuaram com prisão de militantes e opositores.

A condição de miséria permaneceu e a sociedade feudal continuava fortemente organizada, principalmente pelo capital estrangeiro que se instalava, “apesar das fábricas francesas e inglesas instaladas na Rússia e do início tardio da revolução industrial nesse imenso país de ligações ainda mal asseguradas, a crise de material e de quadros é tão patente quanto o abastecimento mal organizado” (MARABINI, 1989).

A condição de vida dos russos é de contínua insatisfação e, como se não bastasse, a partir de 1914 se inicia a Primeira Guerra Mundial ao lado das grandes potências mundiais. Estas, dividiam-se em duas alianças, concentravam de um lado Reino Unido, França e Império Russo, de outro estavam o Império Alemão, Áustria-Hungria e Itália (esta, aliás, não chegou a entrar em guerra). A situação piorava com milhões mortos em combate.

O clima de tensão produzido pela Primeira Guerra Mundial, alguns anos antes à queda do tsar, era compartilhado por cidadãos e cidadãs, que não tinham certeza de que uma alternativa aconteceria naquele momento. Lenin ainda se perguntava em seu exílio suíço, se viveria para vê-la (Hobsbawm, 1995, p. 66-67). O cenário de um país em guerra e com a fome assolando a população sob o regime autoritário do tsar, produziu um movimento no início dos anos 1917 com “soldados se rebelando contra oficiais, marinheiros contra comandantes, operários contra patrões” (TRAGTENBERG, 2007).

O Palácio de Inverno é tomado por bolcheviques, Lenin e Trotsky retornam do exílio à Rússia com um plano revolucionário. Na frente do movimento do partido bolchevique, apresentam à multidão que vivia com um governo provisório, a declaração sagaz: “Pão, Paz, Terra” (LÊNIN, 1974). A comunicação fez referência às condições que viviam a população e lembrava uma política

¹⁴ O filme *Encouraçado Potemkin* de Sergei Einstein, produzido em 1925, de forma magistral ilustra o que fora a batalha naval.

para acabar com a fome, retirar as tropas da guerra e instalar a reforma agrária.

Assim, inicia-se uma onda de intenso fervor que conquista novos membros para o partido, formando *soviets* em diferentes cidades que chega a derrubar o governo provisório. Nos meses seguintes após as palavras de Lenin, a Revolução de Outubro mostra para que veio: mudar a história mundial. Os bolcheviques sobem ao poder e em meio a erupção vulcânica da transformação da sociedade, a tarefa mais urgente é um consistente e bem elaborado plano político, apropriado aos ideais socialistas, que lidaria com as perguntas e problemas à ordem do momento. Hobsbawm (2009) destaca que com a tomada do Palácio do Inverno, uma situação que exigia solução eram as contrarrevoluções.

“A partir de então, os desafios que se colocavam para o Estado socialista eram aqueles relacionados com a implementação das tarefas democrático-burguesas que ainda não haviam sido realizadas na Rússia, ou seja, as três outras “revoluções” que complementavam a Revolução de Outubro: industrial, agrária e cultural. Até 1861 prevaleciam na Rússia czarista as relações feudais de produção. A pátria de Tolstói era um dos países mais atrasados da Europa, onde os camponeses podiam ser vendidos e comprados como gado, como coisas. A passagem do agrarismo para o industrialismo, após 1917, tinha de superar ainda a destruição industrial que a Rússia soviética havia sofrido durante a guerra civil e a intervenção armada estrangeira” (BITTAR; FERREIRA JR; 2011:379).

Foram necessários mais de 10 anos de luta, com manifestações, motins e greves ao longo do território soviético transformar a história russa com a implantação do socialismo. Para Hobsbawm (2009), a derrubada do Império monarca russo se dá pela ação dos *soviets*¹⁵, que eram basicamente constituídos por operários e soldados, a velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês, “perdido o mandato do céu”. Para lidar com a erradicação da fome a política soviética optou pelo processo de coletivização da agricultura e a pelo fim do analfabetismo para que filhos de camponeses tivessem acesso à escolarização. A instrução pública era vista como primordial para a política socialista.

¹⁵ Palavra Russa que significa *conselho*. O termo foi escolhido pelas proibições que eram feitas no período das rebeliões de 1905 que proibiam a manifestação de partidos políticos esquerditas.

“A crítica à “velha escola” é um dos aspectos principais do discurso. Para Lênin, o socialismo deveria abolir tudo o que dela não servisse aos propósitos revolucionários, como o seu caráter classista e o método autoritário, aproveitando, porém, tudo o que dela fosse útil para a edificação de uma educação a serviço da construção do socialismo na Rússia soviética” (BITTAR; FERREIRA JR, 2011).

Para Hobsbawm (2009), a Revolução Russa, ou, mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo um sinal, de que uma alternativa era possível. Foi dessa maneira que a Revolução Bolchevique “tornou-se tão fundamental para o breve século XX, quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX”.

É necessário entender que a Revolução de Outubro trata-se de uma negação da sociedade autoritária imperial tsarista. Os alicerces para a construção de uma nova sociedade, emergem com os eventos revolucionários na Rússia. Na transformação da sociedade, os bolcheviques compuseram com a prática revolucionária o gérmen de um novo processo reflexivo sobre a condição histórica humana. É possível imaginar os improvisos e perguntas inesperadas que seriam lançadas naquele clima de agitação.

A transformação de uma sociedade feudal, para a de uma sociedade originária do plano revolucionário em escala ampla, lidaria diretamente com os antagonismos de uma nova forma de sociedade, dos meios de produção à poesia. Não se trata apenas de mudar um modo de organização por outro, de pintar por cima o que já existia. Essa alternativa ou mudança nos rumos dos fatos, lidava, diretamente, com a necessidade de destruir para construir, ou seja, transformar.

“As tarefas dos revolucionários russos eram gigantescas e, no acervo marxista existente, não encontravam mais que pistas e sumárias indicações para a resolução dos seus problemas práticos. Confrontados com o desafio da construção de uma nova ordem social num país de capitalismo atrasado e periférico, eles de fato tinham que inventar e criar tudo” (NETTO, 2006:49).

No entanto, as contrarrevoluções não impediam que o plano socialista se espalhasse, pelo contrário, a revolução bolchevique inspirou a conquista de várias cidades, com o exército tentando impedir o avanço acelerado dos *soviets*. Assim, a ocupação revolucionária seguia atingindo cidades

e regiões atravessando a fronteira até outros países, entre eles, a Hungria de Georges Politzer.

O Império Austro-Húngaro, motivado pelos eventos na Rússia, encontra-se na segunda metade de 1918 em estado de insurreição. No mês de novembro daquele ano, realiza-se a fundação do Partido Comunista Húngaro por Bela Kun. Este que por sua vez aderira às ideias dos bolcheviques quando de sua prisão na Rússia, decide formar o partido com um grupo de operários e intelectuais.

Na cidade de Budapeste, as revoltas populares vão passando e direcionando-se às regiões tchecas da Alemanha e chega até o Adriático, com a revolta dos marinheiros austro-húngaros. Os trabalhadores húngaros organizam-se em tempo de acompanhar o movimento revolucionário que engolia Viena e Berlim, com a classe operária em estado de grande fervor.

Conforme Wood (1979), a sociedade húngara ostentava todas as características de uma estrutura arcaica que se mantivera mais ou menos intacta por séculos, que dividia o povo húngaro em castas fixas da grande e da pequena nobreza, com o clero de um lado e a “plebe” de outro. As relações eram semi-feudais e o poder concentrado nas mãos de um pequeno número de nobres ricos, com 5% da população detentora de 85% da terra. Em teoria, a Hungria também abolira a servidão, mas na prática os 20 milhões de acres representados pelas grandes propriedades eram laboradas por “agregados” cujas condições sociais diferiam muito pouco da servidão. Quase metade da população é analfabeta nesse período, com um quadro de analfabetismo que chega a 39% do total da população.

Wood (1979) mostra que na Hungria o processo de desenvolvimento do capitalismo na virada do século já está em alta, entrando de forma decisiva nesse tipo de organização social, com grandes propriedades e a moderna indústria capitalista nascendo com o investimento de capital estrangeiro.

Num panorama geral, o Império Austro-Húngaro não diferia muito do Império Russo, com o desenvolvimento econômico e político similar em ambos territórios. Entretanto, no plano

revolucionário, os *soviets* húngaros não resistiriam nem a médio nem a longo prazo nas contrarrevoluções. No ano de 1919, é realizado o Golpe de Estado pelas forças alemãs, com a restauração da monarquia e controle sobre o poder até 1944.

A tentativa dos países do leste europeu de uma destruição criadora, é respondida com a tirania stalinista. A instalação de uma enorme burocracia, a queda da qualidade de vida dos cidadãos e um momento de intenso terror, com os trabalhos forçados, expurgos, violência e miséria, assolam tanto o território húngaro quanto o soviético.

3.2 A PSICOLOGIA NA RÚSSIA ANTES DA REVOLUÇÃO

Considerado fundador da escola fisiológica, I.M. Sechenov, ocupou-se de estudar as influências externas sobre os órgãos sensoriais. Por essa razão, um dos continuadores na área de neurofisiologia, Ivan Pavlov, reconhece Sechenov como fundador não só da escola fisiológica como do próprio conhecimento psicológico. Além de Pavlov, outro seguidor de Sechenov foi Wladimir Bechterev, quem criou em 1885 o primeiro laboratório de psicologia experimental na Rússia. A esse autor se deve a criação da reflexologia, tendência que aspirava a investigação do ser humano através do estudo dos reflexos (GONZALEZ-REY, 2012).

O campo de trabalho dos fisiologistas russos aumenta em 1912, quando se dá a abertura do Instituto de Psicologia. Esse Instituto teve forte impacto na comunidade acadêmica e é considerado um momento essencial para o desenvolvimento do conhecimento psicológico no território russo. O instituto esteve na direção de Georgy Chelpanov, teórico que acreditava que falar de processo psicológico é falar de processo fisiológico.

A psicologia na Rússia estava embasada na filosofia, pedagogia e reflexologia, principalmente, estudos presentes em países como Alemanha e da América do Norte, grande parte dos estudos eram feitos para a investigação da atividade nervosa superior, memória, linguagem e a atenção. A presença do método materialista é existente mesmo antes dos anos 1920, no entanto,

trata-se da concepção de um objeto psicológico sem diferir do biológico ou fisiológico, processos imediatos do funcionamento material do psiquismo.

González-Rey (2012) conta que Pavlov, após o triunfo da Revolução de Outubro, tornou-se por muitos anos a figura emblemática da ciência soviética. Seus laboratórios foram criados, no período revolucionário, por decreto do próprio Lenin, o que deu a Pavlov incomparável força política entre os estudiosos do homem (p.14). Quanto a esse aspecto, não podemos deixar de lançar a pergunta: que homem novo seria este criado com estudos pavlovianos? O pressuposto fisiológico de Pavlov no qual o desenvolvimento da psicologia é o estudo da atividade nervosa superior, aponta para uma concepção psicológica materialista distante da dialética histórica tão iminente na nova sociedade socialista. Almeida (2008) conta que os pesquisadores que tratavam da atividade superior, lidavam com a condição de um método mecanicista ou vulgar, como era chamado o materialismo da época. Foi Chelpanov, aliás, quem inicialmente usou esse termo na psicologia, “materialismo vulgar”.

O percurso da produção psicológica tem seu rumo modificado quando no ano de 1923, na ocasião do Primeiro Congresso Soviético de Neuropsicologia, o teórico K.N. Kornilov propõe mudanças para a psicologia, no contexto pós-revolucionário. Discípulo de Chelpanov, Kornilov assumiu a direção do Instituto de Psicologia de Moscou em 1923 e, no congresso soviético acusou Chelpanov de psicólogo “idealista” (VAN DER VEER; VALSINER, 1996; TOASSA, 2006). Para ele, a psicologia marxista era a síntese de todas as correntes existentes na época, porém, ainda não havia um estudo bem elaborado e reflexão metodológica de um pressuposto histórico dialético para a psicologia como quisera Kornilov. No Instituto, Chelpanov convidou Alexander Luria que, influenciado por Pavlov estava pesquisando os fenômenos psicológicos através de experimentos.

No Primeiro Congresso de Toda a Rússia de Psiconeurologia em Moscou em 1923, a aproximação entre as várias áreas que diziam estudar a psicologia, reúne pesquisadores e profissionais médicos, neurologistas, reflexólogos. O evento contou com a apresentação,

aproximadamente, de 160 relatos (ALMEIDA, 2008). Já no Segundo Congresso de Toda a Rússia de Psiconeurologia em 1924, um pesquisador denuncia uma visão bombástica: nenhuma das escolas de psicologia existentes forneciam as bases firmes necessárias para o estabelecimento de uma “teoria unificada dos processos psicológicos humanos” (VIGOTSKI, 2007). Nessa declaração, a inserção da psicologia no processo de histórico, é defendido e proclamado. O psicólogo recém-chegado em Moscou Lev S. Vigotski, jovem pesquisador, chamou atenção de muitos profissionais e, marcou profundamente a produção psicológica tanto na União Soviética quanto fora dela.

Se a declaração anuncia um novo pressuposto psicológico no início dos anos 1920, isso significa que sua elaboração teórica ocorreu durante o período revolucionário, os anos seguintes seriam de consolidação e amadurecimento de seu pressuposto teórico, até declarar no *significado histórico* suas epistemologia e filosofia de ciência para a psicologia.

3.3 IDEIAS DE PSICOLOGIA DE LEV VIGOTSKI E GEORGES POLITZER PARA UMA PSICOLOGIA NECESSÁRIA À TRANSFORMAÇÃO

Lev Semenovich Vigotski nasceu em Orsha na Bielorrússia em 1896. Sua família mudou-se para a cidade de Gomel, próximo à Ucrânia, pouco tempo depois. Cresceu num ambiente privilegiado em contato com literatura, poesia e teatro, além de ter aprendido línguas estrangeiras e dominá-las com facilidade, organizou grupos de estudos na juventude. Na adolescência Vigotski tinha interesse em estudar direito e medicina, decidiu se inscrever na Universidade de Moscou para medicina, no entanto, logo que começou mudou para direito. Nesse período, continuou frequentando ambientes e aulas que discutiam literatura, artes, pedagogia, psicologia. No final de seu curso apresentou um trabalho que dá origem à obra “Psicologia da Arte”, que teve publicação na Rússia após os anos 1960. Quando retornou à cidade de Gomel, passou a lecionar em escolas e se envolveu com atividades culturais que o levaram a ficar conhecido neste meio (VAN DER VEER; VALSINER, 1996).

No ano da tomada do poder pelos bolcheviques em 1917, Vigotski retornou de Moscou para Gomel e passou a trabalhar como professor. Isso mostra que apesar da formação marxista que vai ter mais tarde, não se envolveu com o processo de construção da sociedade socialista soviética através das várias mobilizações que desenrolaram nesse processo, preferindo ficar nos bastidores, compromissado com o aspecto teórico-metodológico do plano de construção de um novo homem.

Em 1924 retornou a Moscou e participou do Segundo Congresso Nacional de Psiconeurologia em Leningrado, ocasião que marca presença, definitivamente, no meio intelectual com sua declaração de compreender os fenômenos psicológicos como história do homem. Leontiev (1996) fala que a partir desse momento que se computa a criação propriamente psicológica de Vigotski.

A obra de Lev Semionovitch Vigotski, intitulada *O significado histórico da crise em Psicologia*, publicada originalmente em 1927, significa a consolidação da perspectiva deste autor diante de uma análise histórica do desenvolvimento da psicologia. Na obra em questão, Vigotski expõe as dificuldades pelas quais a construção do conhecimento psicológico de sua época passava. A minuciosa análise histórica das práticas psicológicas nesta obra, evidencia um estudo aprofundado das teorias vigentes na sua época. Até idos de 1960 a obra de Vigotski permaneceu desconhecida no Ocidente. É possível imaginar que a conotação marxista de sua teoria tenha sido barrada politicamente em países nos quais o socialismo era visto como ameaça.

O psicólogo soviético analisa a metodologia de investigação de cada perspectiva e chega à conclusão de que os vários sistemas e correntes teóricas divergiam tanto que o próprio objeto de estudo passava a ser distinto a cada premissa psicológica.

“o autor teceu severas críticas à psicologia tradicional por seu enfoque atomístico e anistórico, isto é, despido do movimento constituinte do objeto que tomou por estudo. Postulando a adoção do método *histórico*, destacou a necessidade de apreensão do objeto psicológico no trânsito que sustenta suas diversas formas de manifestação. Por isso, defendeu que esse objeto não devesse ser o *psiquismo* ou as *funções psíquicas*, mas o seu *desenvolvimento*” (MARTINS, 2011:10).

Martins (2011) considera que, Vigotski juntamente com Leontiev e Luria, defendeu que o estudo do “desenvolvimento social do psiquismo humano fosse o verdadeiro objeto da psicologia científica” (p. 8). O materialismo histórico dialético, por seu método e filosofia, possibilitou revelar problemas fundamentais, principalmente, pelo ponto central de se estudar processos ao invés de objetos, processos em movimento e mudança constante.

A inexistência de qualquer pressuposto histórico sobre a constituição do psiquismo movimentou Vigotski a traçar uma análise desafiadora da constituição do psicológico. A sua interpretação de mundo no qual os fenômenos psicológicos devem ser entendidos como produtos da ação do homem causou impacto e inovação na Psicologia da Rússia quanto fora dela.

Para pensar numa teoria unificada dos processos psicológicos, é necessário refletirmos sobre uma importante pergunta: como tem se desenvolvido e formado os fenômenos psicológicos em toda a trajetória humana? Para Vigotski (2007), o psicológico era estudado como *objeto* e, na sua proposição as atividades psicológicas deviam ser analisadas como *processo*, o método histórico na investigação dos fenômenos em constante transformação implicava considerar a constituição do psiquismo junto da constituição humana. E isso implica em pensar a consciência ou psiquismo como produto da relação homem e sociedade.

Para tanto, deve-se entender o psiquismo intrínseco às mudanças do homem na natureza, desde sua condição mais elementar para a de um ser complexo e desenvolvido, ou seja, de um ser primitivo para a de um ser moderno, buscando apreender *como* o homem veio a se tornar o que se tornou e *como* o psiquismo tem se desenvolvido nesse percurso histórico relacionado às mudanças do meio. Esse é um dos primeiros princípios na elaboração vigotskiana com uso do método dialético. Para tratar do desenvolvimento de uma “determinada coisa” o autor atenta para a necessidade de considerá-lo em todas as suas fases e mudanças transitórias (VIGOTSKI, 2007).

Basicamente, existia a psicologia de visão naturalista, com princípios científicos das ciências naturais para o estudo do psicológico, como estudo do biológico. Já na psicologia de visão

mentalista, estavam todos aqueles que propunham conhecer os fatos do universo psíquico pela lógica metafísica. Ademais, a hegemonia da fisiologia e reflexologia sobre os estudos da psicologia era predominante até os primeiros anos do século XX. Era prevalente o método científico-natural, com atenção às atividades neurológicas. Isso produzia, como falamos anteriormente, a chamada psicologia materialista mecanicista, que era o que havia de mais avançado entre os estudos da consciência. Porém, resultava no reducionismo do psicológico ao seu imediato.

A crítica que Vigotski (1999) faz da crise da psicologia, resgata as perspectivas teóricas de destaque na época: psicanálise, reflexologia, gestalt e personalismo. Cada uma diferia distinguia seu objeto e problema de trabalho de modo unilateral, isto é, partiam de um mesmo lugar (psicológico) e chegavam em conclusões opostas, não havia um diálogo ou acordo entre muito do que se discutia, muito menos um consenso sobre o que fazer daquele ponto em diante.

Vigotski (1999) analisa uma a uma, dedica-se a entender cada teoria para fundamentar sua “crítica” da “crise”. Para ele, a psicanálise é definida como um pião que gira em seu próprio eixo, esta direciona todo conhecimento produzido a ela mesma. E diz que o conhecimento psicológico “como ciência da consciência é por princípio, impossível; e é duplamente impossível como ciência da psique inconsciente” (p. 287). Aqui podemos entender o que era a disputa psicológica da época. Vigotski destaca a tensão disciplinar entre psicologia e psicanálise, os limites eram ultrapassados quando “a psicanálise se transformava em ideologia, e a psicologia se transformava em metapsicologia” (VIGOTSKI, 1999, p. 225). Já a reflexologia, admitindo a lei universal da mecânica tudo se finda no reflexo. A escola russa de fisiologia e o trabalho desenvolvido por Ivan Pavlov, com experimentos de salivação dos cachorros e as pesquisas de Bechterev, compreenderia que todo sonho, pensamento, trabalho ou criação é um reflexo, com princípios e leis universais da mecânica.

A psicologia da Gestalt, ocupada pelo processo de percepção da forma dá um primeiro passo magistral mas tropeçando na ideologia dominante do século XIX, acaba ultrapassando os limites da

psicologia; o personalismo nos seus primórdios está ancorado nas pesquisas da psicologia diferencial, de grande valor para a mensuração em psicologia mas perdendo de vista qual é o objeto em parêntesis, tudo se transformaria em personalidade. Elaborada por Max Wertheimer, Kurt Koffka e Wolfgang Köhler, trata inicialmente de pesquisas psicológicas concretas, com ênfase nos processos de percepção da forma, mas pelo espírito da época, realiza o mesmo caminho que as outras teorias, transformando-se em ideologia a psicologia da Gestalt “descobre a Gestalt na física e na química, na fisiologia e na biologia” (VIGOTSKI, 1999, p.226).

Já o personalismo definido pelas pesquisas da psicologia diferencial sob os domínios de William Stern ultrapassa também seus limites. No mesmo instante que se expandiu pelo conceito de personalidade, retrocede ao admitir que nada existe em absoluto, que o psiquismo seria definido pelas características da personalidade do ser.

Todas as disciplinas psicológicas anunciavam o universo psicológico como o objeto de investigação e pesquisa. Todas partiam de um mesmo lugar, com diferentes nomes o resumo da obra era o mesmo, tratava-se do “psicológico” – fosse psiquismo ou consciência ou inconsciente ou personalidade –, no caminho percorrido o significado do objeto modifica-se, pela conclusão distinta e compreensões em litígio quanto a constituição do fenômeno. Por essas razões “o que em um instante as aproximam, acaba por distanciá-las no momento seguinte” (VIGOTSKI, 1999).

A título de ilustração, para melhor entendermos o pensamento vigotskiano da crítica, a alegoria da mitologia clássica do camponês Midas, nos auxilia na discussão. O mito do rei Midas, quando Baco decide dar-lhe um presente, por ter cuidado de Sileno, mestre e pai de criação de Baco, é o poder de transformar tudo o que ele tocava em ouro. Assim como Midas, cada uma das disciplinas que trabalhavam com o objeto da psicologia, acabava por transformar tudo que lhe diz respeito em inconsciente ou reflexo ou forma ou personalidade. Nesses termos, pode-se levantar a hipótese de que a disputa pelo objeto da psicologia é a disputa pela posição de ciência geral, e que essa, por sua vez, assumiria a filosofia das demais disciplinas particulares.

A disputa teórico-metodológica, concretamente, trata-se de um profundo debate quanto o objeto da psicologia. Todos os sistemas e correntes analisados por Vigotski, tinham uma questão em comum: o psicológico como um objeto com marcas de ciências diferenciadas. Os diferentes sistemas teóricos, para o autor, simbolizam nessas circunstâncias, que não existe uma só metodologia fundamental de uma época, o que existe na verdade são conjuntos de princípios metodológicos em litígio (VIGOTSKI, 1999, p.259).

Para evitar o ecletismo teórico, compreendendo que cada perspectiva produz um conhecimento com determinada lógica de investigação, do uso de conceitos e hipóteses singulares, decididamente faz-se a elaboração e aplicação de um método, “a busca do método se converte em uma das tarefas de maior importância na investigação”, pelo fato do “objeto e o método de investigação manterem uma relação muito estreita” (VIGOTSKI, 1995, p. 47).

Nesse quadro é que a crise da psicologia se revela: a diversidade de objetos produzia a diversidade de métodos que expressava diferentes apreensões da realidade psicológica. Assim, a superação desse conflito se alcançaria caso o conhecimento produzido pela Psicologia considere seu objeto dentro de uma perspectiva histórica, como define Vigotski, abandonando o dualismo existente com a premissa de um sujeito abstrato ou de uma realidade mecânica semelhante ao mundo natural. O homem torna-se, assim, sujeito e objeto, produto e produtor da história humana, da história psicológica.

Vale lembrar que, a compreensão sobre o psicológico na perspectiva de Vigotski, vai além da representação teórica entre o social e o indivíduo, mesmo que essa relação tenha sido popularizada no Ocidente, sendo reconhecida como sociocultural. Usualmente, o trabalho de Vigotski é resumido a uma síntese do ser como biológico e histórico. No entanto, definir seu pensamento transformador de homem a uma “síntese” de homem é ultrajante. Sua tentativa fora de construir uma psicologia que pudesse contribuir para o conhecimento do desenvolvimento do homem numa perspectiva de transformação ontológica do ser na sua totalidade.

Na mesma direção, Georges Politzer, filósofo e teórico franco-húngaro, que trabalhou com a teoria marxista e foi militante comunista, na obra *Crítica dos Fundamentos da Psicologia*, publicada originalmente em 1928, declara que os procedimentos de investigação da psicologia dividem o ser *concreto*. Para Politzer, os psicólogos nada mais fizeram além de substituir uma espécie de fabulação por uma fabulação diferente, um esquema por outro. Para Politzer (1998; 2004), “(...) no decurso da história da psicologia, só se viu mudar a linguagem utilizada e a deslocação do acento posto sobre as diversas questões” (POLITZER, 1998; 2004, p. 54). O conhecimento psicológico, conforme o autor, buscara o método de investigação procedido da matemática, após esta passar pelas mãos dos físicos, que posteriormente passam para os fisiólogos, ou seja, o método científico das ciências exatas para lidar com o humano. E, para o autor, o nível do espírito científico sofre uma queda e quando a matemática chega aos psicólogos “é um pouco cobre e vidro” o que eles imaginam ser “outro e diamante”. A semelhança com a proposição de Azzi no cenário brasileiro, é inevitável quando diz que, a psicologia deve parar de procurar seu método de investigação das demais ciências.

O posicionamento de Politzer sobre os diversos campos do conhecimento, que passam por um processo investigativo metodológico, discursa sobre o tipo ideal de metodologia para o conhecimento psicológico. Se se tentasse formular um método nas ciências que tratam dos aspectos do ser humano, adotando dos métodos e procedimentos das ciências naturais, o universo psíquico passa a posição de objeto natural, ou seja, um objeto calculável e imutável, com leis e regras internas, denotando os fenômenos localizados no psiquismo independente da relação entre realidade e atividade humana, apreendendo o homem na história natural, chegando até a uma concepção marcada pelo darwinismo social.

Desse modo, Politzer aproxima-se da análise e discussão de Vigotski, além de fazer um movimento similar sobre o objeto e método da psicologia de seu tempo, pesquisando sobre o behaviorismo de Watson, a psicanálise de Freud e a Gestalt de Koffka. Entretanto, Politzer tinha

pressa para elaborar sua “psicologia concreta”, sua principal obra *Crítica dos Fundamentos da Psicologia*, é um primeiro volume de uma série de livros no qual o autor pretendia analisar cada perspectiva teórica que se intitulava psicologia. Anos mais tarde, abandona seu plano e a *Crítica* torna-se único material no qual o autor discute os fundamentos da psicologia e seu campo de trabalho. Além de ter desistido de continuar a série de livros, abandona a vida acadêmica nos anos 1940. Deixa os estudos e pesquisas de lado para lutar junto à resistência francesa¹⁶ contra a ocupação nazista.

Antes de abandonar a pesquisa psicológica, com a sua proposta de Psicologia Concreta, Politzer defendia que para conhecer o homem, a mulher, a sociedade e a realidade concreta dinâmica, as perguntas devem estar centradas na vida cotidiana do indivíduo que vive. Para o autor, o processo de investigação dos fatos psicológicos está frente aos dramas da vida, de modo que, conhecer as condições de existência dos seres humanos é conhecer o psiquismo. Como resgata Heller (2008), “a vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social”. (p. 34).

A proposta de Politzer, com o indivíduo e seu cotidiano no centro da atenção, busca revelar os eventos psicológicos como segmentos da vida particular daquele indivíduo singular nas suas relações e experiências vividas. Não bastava, portanto, opor as concepções da psicologia clássica àquelas que constituem a psicologia nova. O esclarecimento da crise atual implica também a organização material da psicologia nova.

Com essa elaboração teórica, Politzer se interessou pela psicanálise de Freud, a única psicologia da época que estava centrada, de fato, na vivência psíquica singular daquele que o vive. Politzer se encantou com a psicanálise como muitos teóricos o fizeram, mas sempre questionava sua intenção como psicologia. A análise que faz da “Interpretação dos Sonhos” (*Traumdeutung*),

¹⁶ O grupo que pertenceu fora os *maquis* ou *maquisards* como eram conhecidos, se organizavam em bosques e montanhas durante a II Guerra Mundial, com ataques surpresas e emboscadas aos nazistas. Um plano mal sucedido faz com que Politzer seja preso e executado, sua mulher enviada para o campo de concentração em Auschwitz.

todavia, destaca a contribuição psicanalítica não pela sua formulação da categoria do inconsciente, está naquilo que levou tanto Politzer como outros profissionais da época a se entusiasmar com a perspectiva freudiana, seu ponto investigativo estar voltado ao drama da vida humana.

Para Politzer (1998), explicar o funcionamento do aparelho psíquico reduzindo-o à biologia e ao simples orgânico, como vinha fazendo a teoria freudiana, era o mesmo que tentar explicar o comportamento humano segundo a psicologia clássica. Algo que reprovava, por denunciar os mesmos erros e falhas dos sistemas teóricos que enfatizavam o psiquismo através do fisiológico.

A ausência de uma filosofia da ciência para a psicologia, intensifica ainda mais a ausência de uma saída para esse conflito interno da Psicologia. Assim, a proposta de Politzer surge como a tentativa de construir uma psicologia com base no materialismo histórico-dialético, mesmo que tenha se interessado pela psicanálise, logo a abandona, e afirma nas últimas páginas de sua obra, que a Psicologia materialista da época era o behaviorismo, entretanto, ausente de dialética.

A desistência do debate por parte de Politzer, nos leva a pensar em uma hipótese: não conseguindo formular por completo sua Psicologia Concreta, abandona o plano de uma obra na qual pontuaria os princípios dessa nova orientação e decide militar pela transformação social independente do viés institucional. Assim, poderia combinar dois atos particulares em dependência: a) a ação política com base na filosofia marxiana; b) o sentido prático da essência de sua teoria do ser concreto.

Por outro lado, é presumível que o estudo de Vigotski, quando de sua análise e crítica, tenciona para a construção de uma teoria geral da Psicologia em consonância com a elaboração de uma filosofia da ciência para o conhecimento profissional psicológico. Para isso, buscou no método histórico-dialético, a referência de seu projeto psicológico para pensar a ação do profissional, o exercício prático construído e formado com o método que insere sujeito e objeto como determinantes da constante histórica.

Como se percebeu, a concepção histórica do psiquismo elaborado por Vigotski, supera a visão pavloviana pela sua capacidade de apresentar uma psicologia muito mais próxima daquela necessária para a construção da sociedade socialista almejada pelos russos, enquanto Pavlov parece representar o típico homem liberal europeu e estadunidense, Vigotski formula o homem social e total. Politzer, entretanto, resgata a emergência dos dramas da vida, pois a construção cotidiana desta, sem nenhuma exceção, atinge qualquer indivíduo em qualquer condição e este não vive tão-somente desta situação, sua experiência se entrelaça com a produção histórica social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil o que vemos no período sobre a formação do profissional, sem desmerecer os esforços dos envolvidos para a legitimação da profissão, são psicólogos que insistem no debate a partir de matrizes francamente norteamericanas, até porque encontram-se num contexto de industrialização tipicamente capitalista com empresas interessadas em processo de seleção e desenvolvimento de profissionais que correspondam às necessidades produtivas emergentes.

Além disso, a disputa com o modelo médico é outro exemplo de uma psicologia que busca dialogar muito mais com as concepções naturalistas e positivistas de ciência, balizadas em um indivíduo diretamente responsável por seu mérito e sua saúde, do que com a problematização das condições culturais próprias do povo brasileiro e da realidade latinoamericana. A psicologia, propriamente dita, pouco aparece no debate que está centralizado na figura do psicólogo, pensava-se mais no profissional e menos na Psicologia.

A disciplina de Psicologia nas Faculdades de Medicina ou Direito, aparecia de forma suplementar. Como nova área do saber, ela metamorfoseou as várias possibilidades de atuação do profissional. As Faculdades de Filosofia e Pedagogia, foram os pilares para o ensino da Psicologia no Brasil, partindo destes os primeiros Cursos próprios na área, o que impulsionou o amadurecimento dos profissionais.

O fato dos EUA verem estas terras como seu quintal no período, com a introdução de uma hegemonia política no pós-guerra, seduzindo a academia brasileira com suas concepções comportamentalistas e de “ajustamento”, contribui sobremaneira para uma padronização das práticas psicológicas desde fora. Aqui no Brasil, as concepções liberais e até mesmo aquelas espiritualistas – já que seu conteúdo moral interessava para a formação de uma sociedade que se ajoelha aos deuses e entende seus problemas como um aprendizado nesta passagem para a eternidade – é legitimado por contribuir para a manutenção da ordem.

Desnecessário lembrar que, qualquer teoria de cunho socialista seria aqui destruída e seus defensores utilizados como bodes expiatórios para a justificativa do Golpe de 1964. A oficialização da profissão de psicólogo, advém de um contexto no qual o ordenamento institucional liberal está em ascensão, o cenário brasileiro foi solo fértil para a consolidação de práticas que serviam a esse fim.

Assim, o resgate da perspectiva crítica do materialismo histórico, nos auxilia para pensarmos a inserção do profissional de forma dialética, sociedade e indivíduo, como se demonstrou, a sociedade não é um lugar no qual as coisas acontecem de modo inerte. O homem em processo com a realidade e consigo próprio, movimenta-se, transforma-se, constrói sua trajetória histórica cotidianamente. A prática psicológica, tanto individual, quanto coletiva, implica num projeto de psicologia que, em síntese, é um trabalho com finalidade ideal que se pretende alcançar, movido por um plano teórico-político. E, mesmo que o profissional vê seu exercício isento de finalidade política e ação sobre o mundo com intenção específica, esta não ocorre sozinha no mundo, logo, compartilha de princípios de homem e sociedade que mesmo escondido, existe.

Interessa-nos, por esse motivo, um tipo de formação no qual o profissional reconhece as características de uma sociedade construída sob a égide do capitalismo e, atenta-se para o fato da ação psicológica mesmo quando numa condição microscópica, com ênfase no particular, no privado, no indivíduo. A reflexão sobre a atividade psicológica para a realidade social tem sido tema de congressos, encontros, periódicos e livros. Isso mostra a importância de se pensar a relação entre o trabalho intelectual e o trabalho prático profissional. O esforço contínuo de muitos psicólogos no cenário brasileiro através da produção de pesquisa, revela que temas da formação ocupa lugar no plano de trabalho psicológico.

Quando pensamos na história da psicologia a elaboração de uma atividade voltada para as demandas latinoamericanas, lembramos da conferência organizada em Bogotá na Colômbia em 1974. Na condição de um dos primeiros eventos que analisou e discutiu a formação a realidade do

continente, considerou que a história dos vários países que formam o bloco possui profundas semelhanças. Por esse motivo, se pensou no o caráter científico e profissional da psicologia para atuar em compromisso com as mudanças culturais, políticas e sociais dos latinoamericanos.

Vale lembrar que, a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia desde fins dos anos 1990 tem organizado informações quanto a qualificação dos cursos de formação em Psicologia. O trabalho de reflexão para a transformação das condições sociais do País, envolve o debate sobre a formação dos profissionais, a educação no processo de construção do indivíduo, mantém as desigualdades intocadas ou firma-se como contribuição para as mudanças necessárias do País. Por esse motivo, a recuperação da intersecção do indivíduo com sua própria história e a história do meio no qual está inserido, é tarefa para pensarmos a consciência como produto da dialética indivíduo-sociedade e, com esse movimento, considerar as bases necessárias para uma formação que promova eticamente, o desenvolvimento de uma prática para a autonomia e superação da condição humana.

Não nos cabe discutir que a Psicologia deve ser pensada a partir do marxismo ou da perspectiva sócio histórica de Vigotski, no entanto, é expressivo que a formação tenha um projeto de profissional para um projeto social. Trata-se de uma questão de método. A produção do conhecimento com bases no método histórico nos apresenta como superação da realidade.

O trabalho de formação, como um processo educacional, encontra-se atrelado aos processos sociais mais abrangentes, logo, a reformulação do conhecimento psicológico corresponde à transformação de suas bases mais elementares, do contrário, a prática deste profissional continuará contribuindo para “ajustes”.

As instituições nas quais o profissional desenvolve seu trabalho teórico-prático, encontram-se inseridas num contexto de produção do capital, assim sendo, estas instituições refletem o meio societário existente. As instituições com suas leis, normas e princípios internos que a regem, não está desprovida do percurso histórico social que atinge profundamente o indivíduo. E, como construção humana, as instituições de formação reproduzem valores humanos, por esse motivo

pensamos que refletir sobre contextos inclui uma reflexão sobre indivíduos.

Diante do exposto, resta lembrar que a formação em psicologia trata da formação do indivíduo para sua atuação em sociedade, logo, perguntamos: qual o tipo de sociedade que queremos e qual o tipo de psicólogo que buscamos?

4 REFERÊNCIAS

40 Anos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. OTTA, Emma et al. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

AGUIAR, M.P. **Centro Dom Vital**. Em: Em: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro : Imago, Brasília DF, 2011.

ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira de. **Psicologia Histórico-Cultural da Memória**. 2008. 241p. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2008.

ANGELINI, Arrigo Leonardo. **Associação de Psicologia de São Paulo (ASPSP)**. Em JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro : Imago, Brasília DF, 2011.

_____, Arrigo Leonardo. (1964/1965). **O status do psicólogo em diversos países: excerto da Conferência Internacional sobre Intercâmbio em Psicologia**. *Boletim de Psicologia*, 16/17 (47-50), 3-40.

ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil no séc. XX: desenvolvimento científico e profissional**. Em M. Massimi & M. C. Guedes (Orgs), *História da Psicologia no Brasil: novos estudos* (pp. 109-152), São Paulo, EDUC : Cortez, 2004.

_____, M.A.M. **A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas**. *Psicologia da Educação*, São Paulo, 22, 1º sem. de 2006, pp. 79-94.

ANTUNES, Ricardo. **O toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. Caderno CRH, Salvador, 2002.

AZEVEDO, M. L. B.; GUEDES, Maria do Carmo. **Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPPUC-SP) – 1958-1973**. Em: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Marcos Ribeiro (org.). Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira. Rio de Janeiro : Imago Ed. Conselho Federal de Psicologia, 2011.

AZZI, Enzo. **Elementos de psicologia experimental geral**. vol.1 São Paulo : s.n, 1952.

_____, Enzo. **A situação atual da profissão de psicólogo no Brasil**. *Boletim de Psicologia*, XVI/XVIII, 47-61. 1964/1965.

BAPTISTA, Marisa Todescan S.; **Madre Cristina**. Em: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Marcos Ribeiro (org.). Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira. Rio de Janeiro : Imago Ed. Conselho Federal de Psicologia, 2001.

_____, Marisa Todescan S. **Serviços de Orientação Educacional**. Em: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Marcos Ribeiro (org.). Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira. Rio de Janeiro : Imago Ed. Conselho Federal de Psicologia, 2011.

_____, Marisa Todescan S. **A constituição da identidade de alguns profissionais que atuaram como psicólogos antes de 1962 em São Paulo**. Em: MASSIMI, Marina. GUEDES, Maria do Carmo. *História da Psicologia no Brasil: novos estudos*. São Paulo : EDUC : Cortez, 2004.

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; GOMIDE, Paula Inez Cunha. **O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional**. *Revista Psicologia: ciência e profissão*, v. 9, n. 1, p. 6-15, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2005.

BENKÖ, Antonius. **Psicologia moderna e concepção espiritualista do homem**. *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, n. 7, p. 627-645, 1961.

_____, Antonius. **Formação profissional do psicólogo**. *Boletim de Psicologia*, n. 47/50, p. 75-89, 1964-1965.

BERNARDES, Jefferson de Souza. **O debate atual sobre a formação em Psicologia no Brasil: permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR, Amarílio. **A educação na Rússia de Lenin**. *Revista HISTEDBR*. Campinas, número especial, 2011, pp. 377-396.

_____. **A ditadura militar e a proletarização dos professores**. *Revista Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**; Resolução n. 5, de 15/03/2011, Brasília: MEC, 2011.

CABRAL, A. C. M. (1953). **Problemas da formação do psicólogo**. *Boletim de Psicologia*, 5/6 (18/20): 64-68.

CANDIDO, Gabriel Vieira; MASSIMI, Marina. **Contribuição para a formação de Psicólogos: análise de artigos de Carolina Bori publicados até 1962**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 32, n. spe, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

CARVALHO, Bruno Peixoto; SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **A escola de São Paulo de psicologia social: apontamentos históricos.** *Revista Psicol. estud.*, Maringá , v. 15, n. 4, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000400007&lng=en&nrm=iso>. access on 23 July 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000400007>.

CASTRO, Alexandre de Carvalho; ALCÂNTARA, Elizabeth da Silva de.; **Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABRAPA).** Em: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil.* Rio de Janeiro : Imago, Brasília DF, 2011.

CENTOFANTI, Rogério. **Radecki e a psicologia no Brasil.** Em: *Revista psicologia ciência e profissão.* vol.3, n.1, 1982.

Conselho Federal de Educação. **Do parecer que regulamenta a profissão de psicólogo.** Parecer normativo, n. 403 provado em 19/12/1962. Relator: Valnir Chagas.

Conselho Federal de Psicologia. **Entrevista com o Psicólogo Arrigo Leonardo Angelini.** *Psicologia Ciência e Profissão.*, Brasília, v.32, n.spe, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500023&lng=en&nrm=i>

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** São Paulo: Global, 1986.

_____, Friedrich. **Humanização do macaco pelo trabalho.** Em: *A dialética da natureza.* 3d. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional.** São Paulo: Cortez: 1989.

FIGUEIREDO, Luís Claudio M.; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência.** 3ed - São Paulo : EDUC, 2013.

GIL, Maria. **Caminhos da Inclusão: a história da formação profissional de pessoas com deficiência no SENAI-SP.** São Paulo : SENAI-SP Ed., 2012.

GOMES, William B. **Pesquisa e prática em psicologia no Brasil.** Em: YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica.* Casa do Psicólogo. 23-59, 2003.

GONZÁLEZ-REY, Fernando L. **O pensamento de Vigotsky: contradições, desdobramentos e desenvolvimento.** São Paulo : Hucitec, 2012.

GUEDES, Maria do Carmo. **Enzo Azzi (1921-1985), um médico italiano na psicologia**

brasileira. Em: YAMAMOTO, Oswaldo H.; COSTA, Ana Ludmila F. *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil.* Natal : EDUFRRN, 2010.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 8ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HEMINGWAY, Ernest. **Por quem os sinos dobram.** Editora Bertrand Brasil, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos Fraturados: cultura e sociedade no século XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____, Eric. **A Era das Revoluções (1789 – 1848).** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.

_____, Eric. **Sobre História: Ensaio.** 2ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2008.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno.** 3ªed. São Paulo : Brasiliense, 2004.

_____, Octávio. O Brasil Nação. **Rev. São Paulo em Perspectiva**, n. 2, vol. 4, 1988, pp. 2-7.

_____, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970).** 2ªed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

JACÓ-VILELA, Ana Maria (org). **Eliezer Schneider.** Rio de Janeiro : Imago Ed. CPF, 2001.

_____, Ana Maria. **Eliezer Schneider: um esboço biográfico.** *Estudos de Psicologia*, v. 4, n. 2, p. 331-350, 1999.

KLAPPENBACH, Hugo Alberto; PAVESI, Pablo. Una História de la Psicología en Latinoamérica. **Revista Latinoamericana de Psicología.** vol. 26, n. 3, 1994, pp. 445-481.

KONDER, Leandro. **História das idéias socialistas no Brasil.** Editora Expressão Popular, 2003.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto.** 2ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

KRÜGER, H. **Eliezer Schneider e a psicologia social no Rio de Janeiro.** Em: JACÓ-VILELA, A.M. (org.). *Eliezer Schneider.* Rio de Janeiro : Imago, pp. 49-74, 2001.

LANE, Silvia. A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. Em: LANE, Silvia; CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento.** 4ed. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1986.

LANE, Silvia. A dialética da subjetividade *versus* objetividade. Em: FURTADO, O; GONZÁLEZ REY, F.L. **Por uma epistemologia da Subjetividade:** um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **As teses de abril**. Distribuidora, 1974.

LEONTIEV, A. N. **Artigo de introdução sobre o trabalho criativo de L. S. Vigotski**. In: VIGOTSKI, L. S. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02 de jun. 2014.

LÖWY, Michael (org.). **Revoluções**. São Paulo : Boitempo, 2009.

MADRE CRISTINA. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v.4, n.2, 1984. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000200010&lng=en&nrm=iso. Access on 19 June 2014.

MANCEBO, Deise. **Formação em Psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos**. *Rev. Mnemosine*, vol. 1, nº0, pp. 53-74, 2004.

MARABINI, Jean. **A Rússia durante a Revolução de Outubro**. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

MARTINS, Lígia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Tese de Livre-Docência. USP, 2011.

MARX, Karl; **A ideologia alemã**. Boitempo Editorial, 2011.

_____, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 21.

MIRA Y LÓPEZ. Emílio. **O instituto de seleção e orientação profissional da Fundação Getúlio Vargas**. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1949.

MORAIS, S. T. P. **Professores universitários e psicólogos contam suas vidas**. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo : Brasiliense, 2006.

OLIVEIRA, C. L. M. V.; MASSI, Marina. **Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) – 1969-**. Em JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Marcos Ribeiro (org.). *Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira*. Rio de Janeiro : Imago Ed. Conselho Federal de Psicologia, 2011.

PASQUALI, L.; ALCHIERI, J.C. **Os Testes Psicológicos no Brasil**. Em: PASQUALI, L. (org.). *Técnicas de Exame Psicológico – TEP: manual*, vol 1. São Paulo: Casa do Psicólogo/CFP, 2001, p.195-221.

PENNA, Antonio Gomes. **Eliezer Schneider (1916-1998)**. Em Jacó-Vilela, Ana Maria (org) (2001). *Eliezer Schneider*. Rio de Janeiro : Imago Ed. CFP, 2001.

PESSOTTI, I. **Notas para uma história da psicologia no Brasil** (1988). In M. A. M. Antunes, (Org.), *História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios* (pp. 209-227). Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

POLITZER, Georges. **Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise**. São Paulo : Ed da UNIMEP, 1998.

_____, Georges. **Principios elementales y fundamentales de filosofía**. Ediciones Akal, 2004.

PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre História**. Belo Horizonte : Authentica, 2008.

_____, Antoine. **Como a história faz o historiador?**. Anos 90, Porto Alegre, n.14, 2000.

RAMOZZI-CHIAROTTINO, Zelia. **Annita de Castilho e Marcondes Cabral e a aurora da psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro : Imago Ed. Conselho Federal de Psicologia, 2001. 112pp.

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. Editora Guanabara, 1985.

SÁ, Marcos Almeida de. **A participação dos psicólogos de São Paulo na regulamentação da profissão**. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, v. 32, p. 86-103, 2012.

SANCHÉZ-VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis**. 2ed. Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso. São Paulo : Expressão Popular, Brasil, 2011.

SCHIMDT, M. L. **Madre Cristina: um instrumento de transformação**. *Percurso*, v. 2, n.4, 1o semestre 1990.

SIMÕES, Mônica. Anísio Teixeira: Educação Não É Privilégio. Produção Mônica Simões. **Série Educadores Brasileiros**. São Paulo : TV Cultura, 2007, 44 min.

TEIXEIRA, Anísio. *A Educação escolar no Brasil*. Em: FORACCHI, M.; PEREIRA, L. **Educação e Sociedade**. 5a. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

_____, Anísio. Discurso de posse do Professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 69-79, 1952.

THOMPSON, Edward Palmer. **Intervalo: a lógica histórica.** Em: *A miséria da teoria, ou um planetário de erros.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOASSA, Gisele. **Conceito de consciência em Vigotski.** *Psicologia USP*, v. 17, n. 2, p. 59-83, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa.** Editora UNESP, 2007.

VAN DER VEER, Rene; VALSINER, Jaan. **Vygotsky: uma síntese.** Edições Loyola, 1996.

VIGOTSKI, L S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7ed. São Paulo : Martins Fontes, 2007.

_____, L. S. Manuscrito de 1929. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 21, n. 71, July 2000 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 23 June 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>.

_____, L.S. **Teoria e método em psicologia.** São Paulo : Martins Fontes, 1999.

_____, L. S. **Obras Escogidas: Problemas del desarrollo de la psique.** Madrid: Visor, 1995.

WITTER, G.P. **Entrevista com o Prof. Dr. Arrigo Leonardo Angelini.** *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas, v.2, n1, 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85571998000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 02 july 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85571998000100007>

WOODS, Alan. **The Hungarian Soviet Republic of 1919 – the forgotten revolution.** Disponível em <<http://www.marxist.com/hungarian-soviet-republic-1919.htm>> Acessado em 04 de jun. de 2013.

YAMAMOTO, Oswaldo et al. **A Produção Científica sobre a Formação de Psicólogos no Brasil.** *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v.6, n.2, dez 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472012000200006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 03 jul. 2014.

5 ANEXOS

ANEXO 1

Proposta curricular de Eliezer Schneider

*Publicado em Monografias Psicológicas, n.4,
Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil.*

Autor: Eliezer Schneider

Monografias Psicológicas, nº 4, do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, 1949, p. 61.

In: Cabral, A. C. M. (1953). Problemas da formação do psicólogo. Boletim de Psicologia, 5/6 (18/20): 64-68.

"É o seguinte o currículo proposto pelo Sr. Schneider:

1º Ano

- | | |
|-------------------|---|
| 3 hs.
semanais | 1. História da Psicologia |
| 3 hs.
semanais | 2. Introdução à Psicologia Experimental |
| 2 hs.
semanais | 3. Psicologia Fisiológica |
| 2 hs.
semanais | 4. Introdução à Psicologia Social |

2º Ano

- | | |
|-------------------|----------------------------------|
| 3 hs.
semanais | 1. História da Psicologia |
| 3 hs.
semanais | 2. Psicologia Experimental |
| 3 hs.
semanais | 3. Psicologia do Desenvolvimento |
| 3 hs.
semanais | 4. Psicologia da Personalidade |

3º Ano

- | | |
|-------------------|---------------------------|
| 3 hs.
semanais | 1. Psicologia Diferencial |
| 3 hs.
semanais | 2. Psicometria |
| 3 hs.
semanais | 3. Psicologia Clínica |
| 3 hs.
semanais | 4. Psicologia Social |

4º Ano

- | | |
|--------------------|---------------------------|
| 12 hs.
semanais | 1. Psicologia Sistemática |
| 12 hs.
semanais | 2. Psicotécnica |
| 12 hs.
semanais | 3. Psicologia Patológica |
| 12 hs.
semanais | 4. Psicologia Educacional |

Características: a orientação revelada por este currículo, constituído ao todo de 12 disciplinas, parece ser pura e exclusivamente psicológica (científica e técnica), isto é, todas as dozes matérias discriminadas são psicológicas" (Cabral, 1953: 64-65).

ANEXO 2

Proposta curricular surgida do I Congresso Brasileiro de Psicologia - Curitiba

Annita de Castilho e Marcondes Cabral

Autor: Annita de Castilho e Marcondes Cabral

In: Cabral, A. C. M. (1953). Problemas da formação do psicólogo. Boletim de Psicologia, 5/6 (18/20): 64-68

		Horas Semanais
	Biologia	3
	Fisiologia	3
1º ano	Psicologia Experimental (Curso Introdutório)	8 (4 teóricas e 4 de laboratório)
	História de Psicologia	3
	Psicologia do Desenvolvimento: A infância e a adolescência	4 (2 teóricas e 2 práticas)
		Total de horas: 21
		Horas Semanais
	Antropologia	3
	Estatística Aplicada à Psicologia	3
2º ano	Psicologia Diferencial	2
	Psicometria	3
	Psicologia Social	3
	Psicologia do Desenvolvimento: A maturidade e a velhice	4 (2 teóricas e 2 práticas)
		Total de horas: 18
		Horas Semanais
	Filosofia	3
3º ano	Psicologia da Personalidade	5 (3 teóricas e 2 práticas)
	Psicologia da Aprendizagem	3
	Psicopatologia	5
	Psicotécnica Geral	5
		Total de horas: 21
		Horas Semanais
	Psicologia Experimental (Curso adiantado)	6 (3 teóricas e 3práticas)
4º ano	Psicologia Industrial	4
	Psicologia Clínica	4
	Prática em estágio em serviços especializados pela Cadeira, no campo da Psicologia Clínica ou no da Psicotécnica)	6
		Total de horas: 20

ANEXO 3

Proposta Curricular de Enzo Azzi

Horas semanais de aulas no currículo para formação de psicólogo proposto por Enzo Azzi em 1962 (RPNP, 1963)

Área do conhecimento cf SBPC	Disciplinas	No.	Semestre em que seriam ministradas												n° de horas semanais			
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	teóricas	práticas		
da Psicologia* subárea em <i>Ciências do Homem</i> (ver Ciência e Cultura, 1955) <i>ou</i> <i>Ciências da Vida</i> (ver Ciência e Cultura, 1970)	P. Geral*	-	x	x													8	-
	P. Experimental	I e II	x	x	x	x											12	16
	P. Desenvolvimento	I e II	x	x	x	x											8	12
	P. Diferencial	-			x	x											4	-
	P. Social	I e II			x	x	x	x									8	-
	P. Personalidade	-					x	x									4	-
	P. da Aprendizagem	-					x	x									4	4
	P. Animal ou Comp.	-					x										2	1
	P. Religiosa	-						x									2	-
	Questões de P. Exp.	-							x	x							4	4
	P. Criança e Adolescente Excepcional	-							x	x							4	4
	Técnicas de Exame Psicológico	I e II									x	x	x	x	12	12		
	Teorias e Técnicas Psicoterápicas	-									x	x					4	10
	Psicoterapia Infantil	-											x	x	4	4		
	Subtotal		18	3	3	4	4	4	4	2	2	2	2	2	2	2	80	67
	<i>Ciências do Homem</i> (cf SBPC)	Introd. à Filosofia	-	x													2	-
		História da Psicol.	-	x	x												4	-
Psicol. filosófica		-		x												2	-	
Teoria do Conhecimento		-							x							2	-	
Lógica simbólica		-								x						2	1	
Sociologia		-	x													2	-	
Antropologia		-			x	x										4	4	
Pedagogia terapêutica		-										x				2	1	
Subtotal		8	3	2	1	1			1	1		1			20	6		
<i>Ciências da Vida</i> <i>e</i> <i>Ciências Aplicadas</i> (Medicina)	Biol. e Gen. Humana	-	x	x												2	2	
	Neuroanatomia	-	x													1	2	
	Fisiologia Geral	-	x	x												4	6	
	Neurofisiologia	-			x	x										4	4	
	Psicofisiologia	-					x	x								4	2	
	Patologia Geral	-					x	x								4	4	
	Psicol. Profunda	-							x	x						4	4	
	Noções de Neuropat.	-							x							2	1	
	Psicopatol. Especial	I e II									x	x	x	x	8	8		
	Fonoaudiologia	-									x					2	1	
	Psiquiatria Infantil	-											x	x	4	2		
	Terapêuticas auxiliares em psiquiatria	-											x			2	1	
Subtotal		12	2	3	1	1	2	2	2	1	2	1	3	2	41	37		
<i>Ciências Matemáticas</i>	Estatística	-			x	x	x	x								2	2	
	Questões de estatística	-							x	x						2	1	
Subtotal		2			1	1	1	1	1	1					4	3		
Total		40	8	8	7	7	7	7	6	5	4	4	5	4	145	113		

(*) Estão contadas entre as Ciências Humanas e Sociais e as Ciências da Vida, disciplinas (ditas) psicológicas ministradas por pesquisadores dessas áreas, de modo a atender a perspectiva do autor da proposta. São elas: História da Psicologia, PsicoPsicologia, Psicologia Profunda, Psicopatologia especial I e II.

Fonte: GUEDES, Maria do Carmo. **Enzo Azzi (1921-1985), um médico italiano na psicologia brasileira.** Em: YAMAMOTO, Oswaldo H.; COSTA, Ana Ludmila F. *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil.* Natal : EDUFRRN, 2010.